

DIVERSIDADE SEXUAL, ETNICO-RACIAL E DE GÊNERO:

PESQUISAS, DILEMAS E ENFRENTAMENTOS

ALBERTO BARRETO GOERCH
IVANIO FOLMER
ORG.



ARCO
EDITORES ● ● ●

DIVERSIDADE SEXUAL, ETNICO-RACIAL E DE GÊNERO:

PESQUISAS, DILEMAS E ENFRENTAMENTOS

ALBERTO BARRETO GOERCH
IVANIO FOLMER
ORG.



ARCO
EDITORES ● ● ●

Editor Chefe*Ivanio Folmer***Bibliotecária***Aline Grazielle Benitez***Revisora Técnica***Gabriella Eldereti Machado***Diagramação e Projeto Gráfico***Gabriel Eldereti Machado***Imagem capa***www.canva.com***Revisão***Organizadores e Autores(as)***Conselho Editorial**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva - UNIDAVI

Prof. Dr. Astor João Schönell Júnior - IFFAR

Prof. Dr. Alan Ricardo Costa - UFRR

Profa. Dra. Andréia Bulaty -UNESPAR

Profa. Dra. Carla da Conceição de Lima - UFVJM

Prof. Dr. Camilo Darsie de Souza - UNISC

Profa. Dra. Clarice Caldeira Leite - UFRGS

Profa. Dra. Cecilia Decarli - UFRGS

Prof. Dr. Carlos Adriano Martins - UNICID

Prof. Dr. Christian Dennys Monteiro de Oliveira - UFCE

Profa. Dra. Dayse Marinho Martins - UFMA

Prof. Dr. Deivid Alex dos Santos - UEL

Prof. Dr. Dioni Paulo Pastorio -UFRGS

Prof. Dr. Douglas Manoel Antonio de Abreu Pestana dos Santos - FASESP

Profa. Dra. Elane da Silva Barbosa - UERN

Profa. Dra. Elen Gomes Pereira - IFBA

Profa. Dra. Francielle Benini Agne Tybusch - UFN

Prof. Dr. Francisco Odécio Sales - IFCE

Prof. Dr. Francisco Ricardo Miranda Pinto - UFCAT

Prof. Dr. Gilvan Charles Cerqueira de Araújo - UCB

Prof. Dr. Ismar Inácio dos Santos Filho - UFAL

Prof. Dr. Leonardo Bigolin Jantsch -UFSM

Profa. Dra Liziany Müller Medeiros - UFSM

Profa. Dra Marcela Mary José - UFRB

Prof. Dr. Mateus Henrique Köhler - UFSM

Prof. Dr. Michel Canuto de Sena - UFMS

Profa. Dra. Mônica Aparecida Bortolotti - UNICENTRO

Prof. Nilton David Vilchez Galarza - UPLA

Prof. Dr. Olavo Barreto de Souza - UEPB

Prof. Dr. Rafael Nogueira Furtado - UFABC

Prof. Dr. Roberto Araújo da Silva Vasques Rabelo - UNILUS

Prof. Dr. Rodrigo Toledo - USCS

Prof. Dr. Rodolfo Rodrigues de Souza - UERJ

Prof. Dr. Sidnei Renato Silveira - UFSM

Prof. Dr. Thiago Ribeiro Rafagnin - UFOB

Prof. Dr Tomás Raúl Gómez Hernández - UCLV

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Diversidade sexual, etnico-racial e de gênero
[livro eletrônico] : pesquisas, dilemas e
enfrentamentos / Alberto Barreto Goerch,
Ivanio Folmer. -- Santa Maria, RS :
Arco Editores, 2024.
PDF

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-5417-273-8

1. Diversidade sexual 2. Gênero e sexualidade
3. Identidade de gênero 4. LGBTQIAP+ - Siglas
5. Relações étnico-raciais I. Goerch, Alberto
Barreto. II. Folmer, Ivanio.


24-209075

CDD-305.3

Índices para catálogo sistemático:

1. Diversidade sexual : Relações de gênero : Sociologia 305.3

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

 **10.48209/978-65-5417-273-8**

Esta obra é de acesso aberto.

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte
e a autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada.



APRESENTAÇÃO

É com imenso prazer que apresentamos a obra *Diversidade Sexual, Étnico-Racial e de Gênero: Pesquisas, Dilemas e Enfrentamentos*. Este livro é o resultado de um compromisso coletivo de pesquisadores e ativistas dedicados a explorar, compreender e promover a diversidade em suas múltiplas facetas.

Nos últimos anos, questões relativas à diversidade sexual, étnico-racial e de gênero ganharam visibilidade e urgência no debate público e acadêmico. Esta obra se propõe a aprofundar essas discussões, oferecendo uma perspectiva interdisciplinar que abarca desde análises teóricas até estudos empíricos, passando por relatos de experiências e reflexões críticas.

Os capítulos que compõem este volume abordam uma ampla gama de temas, incluindo as lutas históricas e contemporâneas por direitos e reconhecimento, os desafios enfrentados por minorias sexuais e de gênero, as interseções entre raça, gênero e sexualidade, e as políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade e da inclusão. Além disso, são discutidos os dilemas e enfrentamentos cotidianos, assim como as resistências e resiliências encontradas ao longo dessa jornada.

Cada contribuição foi cuidadosamente selecionada para oferecer ao leitor uma visão abrangente e profunda das questões tratadas. As análises apresentadas são embasadas em pesquisas rigorosas e atualizadas, refletindo o estado da arte nos estudos sobre diversidade. Este livro não é apenas um retrato das lutas e desafios enfrentados por diferentes grupos, mas também um mapa de possibilidades e caminhos para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Agradecemos a todos os autores e colaboradores que, com seu empenho e dedicação, tornaram possível a realização desta obra. Esperamos que *Diversidade Sexual, Étnico-Racial e de Gênero: Pesquisas, Dilemas e Enfrentamentos* inspire e motive leitores de todas as áreas, promovendo um debate construtivo e engajado sobre temas tão essenciais para o nosso tempo.

Alberto e Ivanio.

Boa leitura!

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

Quando Virei Mocinha!: uma análise discursiva do geontopoder no poema Menstruação de Luiza Romão a partir da Linguística Aplicada Pós-Humanista.....9

Gabriela Magalhães Sabino

doi: 10.48209/978-65-5417-273-0

CAPÍTULO 2

Resistências e Existências: por um cinema negro no feminino27

Raylla Marques

doi: 10.48209/978-65-5417-273-1

CAPÍTULO 3

Formações Identitárias das Professoras Universitárias Negras: Paradigmas Interseccionais e Experienciais.....42

Daira Andréa de Jesus

Ana Claudia Delfini

doi: 10.48209/978-65-5417-273-2

CAPÍTULO 4

O Atendimento de Mulheres em Situação de Violência: em cena os CREAS de Mato Grosso.....60

Júnior César Gomes Guimarães

Adriana Edna Duarte Soares Leite

Daniele da Cruz Talon Pacheco

Isabel Cristina Monteiro

Jennifer Josiane Nesnik Jeronymo

doi: 10.48209/978-65-5417-273-3

CAPÍTULO 5

Enfrentando a Imagem de Controle da Prenda a Partir da Produção de Saberes Estético-Corpóreos.....82

Amanda Santos Silveira

doi: 10.48209/978-65-5417-273-4

CAPÍTULO 6

**Desafios Enfrentados por Pessoas Lgbtqia+ Negras no Brasil: Estratégias e Práticas no Contexto Escolar
Diversidade Sexual, Étnico-Racial e de Gênero: A Importância da Abordagem Interseccional.....101**

Iracy Marinho Barros

Patricia da Cruz Dias

doi: 10.48209/978-65-5417-273-5

Sobre os Organizadores.....113

Sobre os autores e as autoras.....115

CAPÍTULO 1

QUANDO VIREI MOCINHA¹: UMA ANÁLISE DISCURSIVA² DO GEONTOPODER NO POEMA MENSTRUÇÃO DE LUIZA ROMÃO A PARTIR DA LINGUÍSTICA APLICADA PÓS-HUMANISTA

Gabriela Magalhães Sabino

Doi: 10.48209/978-65-5417-273-0

Introdução: M-E-N-S-T-R-U-A-Ç-Ã-O

Este artigo vai ao encontro dos questionamentos que atingem a pesquisadora desde o início dos seus estudos feministas³, pois, parafraseando inicial-

1 Neste artigo, os termos “mocinha” e “corpo da mulher”, empregados para discutir a menstruação, são analisados como construções sociais dentro do contexto do “Poema Menstruação”. Eles são tradicionalmente ligados à noção de “mulher”, mas a pesquisa reconhece a existência de experiências mais amplas que transcendem as categorias convencionais de gênero feminino e corpo feminino. Essa complexidade é incorporada pelo uso do termo “pessoas menstruantes”. Em harmonia com Bell (2017), a pesquisa enfatiza que a menstruação não é estritamente uma “coisa de mulher”, mas uma função biológica. Em sua essência, a menstruação é vista como uma experiência multifacetada que pode variar amplamente, refletindo a diversidade de maneiras pelas quais os indivíduos constituem sua subjetividade, independentemente de características ou funções corporais tradicionalmente associadas a gêneros específicos.

2 Neste artigo, utilizamos a mobilização da escrita conforme Fonseca Veiga (2020, p.13) salienta que “Apesar de saber que o ‘eu’ não é efetivamente singular, pois é sempre atravessado pelo outro, a passagem do ‘eu’ para ‘nós’ funciona como uma demarcação de mudança do singular para o plural, pois [...] o texto perde a pessoalidade da motivação e se torna mais interdiscursivo, mais atravessado pelas influências acadêmicas, como as das fundamentações teóricas e das orientações”. Por isso, a autora optou por realizar a escrita deste estudo na primeira pessoa do plural.

3 A autora inicia seus estudos feministas a partir da escrita da sua dissertação *A constituição subjetiva das egressas do sistema carcerário do interior goiano* (Sabino, 2022), no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Língua, Literatura e Interculturalidade, da Universidade Estadual de Goiás- Câmpus Cora Coralina.

mente Luiza Romão, entendemos que, a partir do momento que o sujeito compreende outras perspectivas e passa a questionar o que é propriamente dito, as certezas são ressignificadas para dar lugar a reflexões, outras narrativas, outros olhares. Haja vista que o sistema hegemônico, como preconiza as citações de Romão, condena as mulheres à incompreensão e tenta colocá-las em uma única caixa. Segundo Sabino e Luterman (2023, p.287)

esse controle e regulação do corpo feminino reflete um silenciamento sobre a constituição do nosso país em uma sociedade patriarcal, em que as mulheres lutam cotidianamente por seus direitos e por espaços de reconhecimento, condições de enunciabilidade dadas pela regularidade da circulação do discurso feminista, resistente ao engessamento histórico de papéis fixos atribuídos à sexualidade feminina/masculina.

De acordo com as autoras (2023), essa regulação corrobora com o silenciamento constituído devido à colonização do país, a qual será explorada ao decorrer deste artigo, remetendo este evento aos preceitos do patriarcalismo e à circulação de um discurso preconceituoso, sexista, classista e misógino. Logo, surge a necessidade da luta das mulheres contra estes mecanismos de poder sócio históricos distintos, por exemplo, “a mística feminina”, que (Friedan, 2022) menciona como uma norma social a respeito da existência da mulher como frívola, consumista, devota à família e aos filhos, em uma história de opressão e dos mecanismos de controle de gênero por uma sociedade machista.

As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada (Adichie, 2019, p. 32).

Cabe salientar que “[...] é assim que se cria uma história única: mostre um povo como uma coisa, uma coisa só, sem parar, e é isso que esse povo se torna” (Adichie, 2019, p. 22). Romão (2017), em sua poesia feminista, ressignifica a história da colonização no Brasil; além disso, demonstra como o corpo da mulher foi colonizado por uma história que não foi narrada pela perspectiva da mulher. Assim, a autora menciona que sempre questionamos sobre o porquê das enunciações se darem de forma incontestável, porém, quando o sujeito

encontra-se com indagações – a autora sendo educadora e linguista – percebe, como Borba (2012) salienta, que “A linguagem importa”.

Falar e escrever para/com/sobre alguém (e ser falada/o e escrita/o sobre) são instâncias de estilização corporal que em sua repetição produzem o que somos e nos dão a possibilidade de traçarmos futuros alternativos e, sobretudo, de redesenhamos os campos semântico-pragmáticos de reconhecimento social (Borba, 2012, p. 468).

Cabe mencionar que o objetivo da escolha da obra *Sangria* (2017), de Luiza Romão⁴, por falarmos sobre instâncias que vão além do corpo, mas que, a partir dele, possibilita-nos ressignificarmos os sentidos sobre os atravessamentos do corpo da mulher. A obra *Sangria* (2017) possui como objetivo revistar a história do Brasil no que tange à ótica de um útero com uma perspectiva feminista a fim de compreender o patriarcado, as formas de opressão, a violência e a misoginia (saberes cristalizados que configuram a construção de uma de nação classista, racista e preconceituosa como algo estruturante que perdura na modernidade).

Nesta obra, são apresentados 28 poemas ilustrando o ciclo menstrual, o que se relaciona à realidade brasileira de sempre gestar o progresso, conforme apresenta o enunciado “Ordem e Progresso” da bandeira nacional, mas que sempre é interrompido. Logo, percebemos a história política do país rememorada por inúmeros e sequenciais golpes de Estado, como o da Maioridade⁵ ou de 1964⁶, que são insurgências do ciclo econômico de extrativismo desde os

4 Luiza Romão nasceu em Ribeirão Preto, em 1992. É poeta e atriz, autora dos livros *Sangria* (2017) e *Coquetel Motolove* (2014), ambos publicados pelo Selo do Burro. Há anos, participa da cena de sarau e *slams* da cidade de São Paulo. Em 2020, entrou no mestrado em Teoria Literária e Literatura Comparada (na FFLCH/ USP), pesquisando o *slam* no Brasil. Explora a palavra poética na intersecção com a performance e o cinema.

5 Segundo Costa (2010) ocorreu no final da década de 30 do século XIX, onde começaram a surgir ideias de elevar D. Pedro II ao trono, devido ao posicionamento de alguns membros de um grupo social determinado, que visavam a estabilização política e social do Império. Logo, nesta tentativa, o golpe não se efetivou, pois a Assembleia Geral havia sido adiada pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios, Bernardo Pereira de Vasconcelos.

6 Para Silva (2023) o Golpe de 1964, também conhecido como Golpe Civil-Militar de 1964, foi realizado pelas Forças Armadas do Brasil contra o então presidente João Goulart. Esse golpe contou com o apoio de uma parcela dos quadros civis do país e foi articulado entre 31 de março, quando se iniciou a rebelião militar, e 9 de abril, quando foi publicado o Ato Institucional nº 1 (AI-1).

tempos coloniais. Além disso, Romão (2014, p.13) discorre sobre como “corpo infesta/quando vários/são vírus/anti-sistema”. De acordo com a autora, esse corpo é permeado pela colonização e seus mecanismos de exploração, além dos movimentos e repressões pelos golpes de Estado que moldaram e silenciaram os corpos femininos até a contemporaneidade. Diante disso, um corpo atesta vários vírus, ou seja, vários organismos inóspitos, hospedeiros, que sufocam e amordaçam as vozes das mulheres brasileiras.

Borges (2020, p. 2) pontua: “Os poemas numerados de 1 a 28, ao cartografar as passagens dos dias, também demonstra as fases do desenvolvimento do corpo das mulheres, de sua socialização e de sua sexualidade em um mundo engendrado por homens”. Logo, o fluxo sanguíneo é um divisor simbólico de entrecruzamentos da vida da mulher nas relações coloniais patriarcais constituintes do país.

Percebemos também a necessidade da realização do estado da arte da pesquisa, da revisão bibliográfica e da decisão de investigar a existência e a quantidade e em que grande área do conhecimento estariam essas pesquisas sobre análises discursivas do corpo da mulher em relação a obra *Sangria* (2017). Encontramos uma investigação, na área de Letras, de Junior e Mantovani (2021), intitulada *Da Sangria às Recordações: a constituição do sujeito e do devir-mulher na poética de Luiza Romão e Conceição Evaristo*, fazendo um estudo comparativo das autoras. Logo, atestamos que nossa pesquisa possui um efeito de ineditismo em relação ao escopo temático, porque o foco da análise é o poema *Menstruação* de Romão (2017), o qual possibilita analisarmos discursivamente, à luz de uma perspectiva pós-humanista, os estudos feministas decoloniais. Cabe mencionar que esse recorte temático levou-nos às seguintes perguntas de pesquisa: Como são apresentadas pelo geontopoder as estratégias liberais tardias que funcionam para governar esse corpo no período da menstruação? Como a poesia feminista detém uma perspectiva decolonial na ressignificação de saberes atrelados à colonização brasileira e ao controle do corpo da mulher?

Neste artigo, gostaríamos de expor o percurso analítico de uma poética feminista e decolonial da autora Luiza Romão, em *Sangria* (2017), no poema *Menstruação* e em seu contexto crítico, isto é, um caso de análise do geontopoder, que se articula aos estudos realizados no doutorado da pesquisadora que integrará os diversos aspectos da linguagem; nesse caso, uma análise pós-humanista para expandir as esferas da pesquisa dentro de estudos feministas e decoloniais. Para isso, ilustramos a contextualização da pesquisa mediante o respaldo teórico de Povinelli (2023) e Preciado (2022).

Desse modo, a esquematização deste artigo marca a fundamentação teórica de *Sangria* (2017), com o primeiro tópico, *calar palavra, mocinha diz sempre pelo avesso - Poesia Feminista: Nossos corpos, nossos silêncios*, visamos a compreensão da construção e escrita do poema analisado, que representa os corpos das mulheres e todos os seus agenciamentos (Deleuze & Guattari, 1995), ou seja, articulações nas práticas discursivas e não discursivas, silêncio, medo, preconceito e violência, fundamentado por Lousa (2017). No segundo tópico, intitulado *quando virei mocinha: apontamentos sobre Dysphoria mundi acerca das técnicas de governo no corpo das mulheres*, apresentamos o autor Preciado (2022) para mencionar a existência de uma agência que controla as diversas instâncias que regularizam as mulheres como se fossem seres subalternos. O terceiro tópico, *“mas sou ave rapina”*: *algumas considerações sobre geontopoder e geontologia*, trata de pontuações a respeito de como as relações da geontologia atravessam o corpo da mulher na menstruação pela Vida e Não Vida; outrossim, como o geontopoder apresenta as estratégias liberais tardias para governar esse corpo.

Fundamentação Teórica: Sangria

“Calar Palavra, Mocinha diz Sempre pelo Averso” - *Poesia Feminista: Nossos Corpos, Nossos Silêncios*

Neste tópico é apresentado o livro *Sangria*, para além dos poemas, as ilustrações com diversas partes do corpo da escritora⁷ amarrado com linhas vermelhas demonstram esse corpo que não pode ter desejo, que é silenciado durante séculos, como se fosse um corpo que nem deveria existir. Uma obra que vem na contramão do silenciamento político dos movimentos contemporâneos, mediante a performance revolucionária na forma da releitura da história do Brasil, por meio de um útero, para compreender como sócio historicamente as mulheres foram violentadas, um exemplo de um grito coletivo. Na obra, percebemos que o corpo e a palavra ocupam lugares equivalentes. O vocábulo não é mais importante que o corpo, pois só precisa do corpo para existir: o corpo da mulher como narrador dos fatos, tanto pela poética da palavra, quanto pela poética da fotografia. Para Lousa (2017, *online*)

Sangria, e mais uma vez de Luiza Romão, é a poesia que rasura a tradição e cliva um novo fazer estético e literário que rompe paradigmas e tabus. Versos que inscrevem na literatura a força da poesia falada, do projeto político que desconstrói discursos hegemônicos e dá voz a mulheres até então subalternizadas e consideradas abjetas. O que se espera de Luiza Romão é a caneta em legítima revolta, a potência que contra-ataca e cria espaços de afeto onde existiam apenas espaços de dor (grifos do autor).

Pela análise, percebe-se a inauguração de um novo fazer poético feminista, transcendente da tradição com a ruptura do enunciável e se remonta ao projeto literário ressignificado e transformador sobre a desconstrução de saberes misóginos e patriarcais, para ressurgir na resistência pela luta feminista.

⁷ A história do Brasil, de forma cítrica, com os ciclos que acontecem com o corpo da escritora; cabe mencionar como a autora pontua que não é porque no corpo dela existe essa menstruação, que isso é condição do feminino ou de “ser mulher”, não seria por essa ordem biologizante, mas a materialidade do próprio corpo da autora para refletirmos sobre a performance, que não é um pensamento abstrato, mas encarnado e/ou materializado.

“Quando Virei Mocinha: Apontamentos sobre *Dysphoria*⁸ *Mundi* Acerca das Técnicas de Governo no Corpo das Mulheres

Neste subtópico, discorreremos sobre o arcabouço teórico da obra *Dysphoria Mundi*, de Preciado (2022), para refletir acerca da regulação no corpo das mulheres, que é um mecanismo de controle ilustrado no poema *Menstruação*. Preciado (2022) salienta sobre o corpo político na sociedade moderna, o qual vai sendo esculpido como um bonsai com invocações linguísticas e rituais repetitivos institucionais, como corpos colonizados, escravizados, racializados e dominados, como exemplo, os corpos das mulheres. Preciado (2022) retratou sobre a *Dysphoria mundi*, a respeito de uma inadequação que reflete na subjetividade do regime normativo, a resistência de corpos subalternizados dentro de um regime de poder de uma gestão necropolítica (Mbembe, 2018). Ademais, Preciado (2022) discorre sobre a estética petrosexorracial como a organização social de um conjunto de tecnologias de governo legitimadora de técnicas de violência sobre determinados corpos.

Para as mulheres, o patriarcado e a própria colonialidade são epistemologias, conforme Preciado (2022), estas são infraestruturas que continuam operando no presente, como uma política opressora de normalização do corpo que funciona nas dinâmicas de poder. Para Preciado (2022), é necessária uma agência crítica para reconstruir os saberes cristalizados pelo imaginário colonial de um regime de governo patriarcal e heterossexual. Em suma, preconiza a respeito da noção de uma necrobiopolítica de formas contemporâneas de tecnologia de poder em relação a corpos subalternos, como o de mulheres nesse momento pós-colonial.

8 De acordo com Axt (2023), “o termo ‘disforia’ em seus usos médico-legais-psiquiátricos e de toda a carga patologizante, com o intuito de propor a sua subversão, a *dysphoria mundi*, isto é, a brecha ontológica, epistemológica e política de transição entre matrizes, bem como a condição somato política comum dos corpos”.

“Mas sou Ave Rapina”: Algumas Considerações sobre *Geontopoder* e *Geontologia*

Neste tópico, abordaremos o conceito de geontopoder de Povinelli (2023) sobre a separação de Vida e Não Vida que surge a partir dos questionamentos sobre o bio/necropoder. Dessa forma, o conceito de geontologia proposto pela autora (2023) trata-se de atender marcadores metabólicos e ontológicos para compreender a existência no mundo. Logo, Povinelli (2023) menciona que esse geontopoder apresenta um conjunto de discursos, afetos e táticas utilizadas no liberalismo tardio para distinguir a Vida e Não Vida.

Para esta pesquisa, o geontopoder refere-se ao contraste entre os componentes do corpo da mulher na menstruação, essa expectativa de uma vida gerada, que é expulsa pelo sangue, como componente da Não Vida. Levando em consideração que esse período menstrual seria uma ilustração do não cercamento biontológico da existência, pois não haverá vida. Para Povinelli (2023), os conceitos de geontopoder e geontologia demonstram as táticas configuradoras do liberalismo tardio pela orientação e distribuição biontológica, que confirma a diferença entre Vida e Não Vida. Povinelli (2023) discorre quanto uma forma de morte que começa e termina na Não Vida – notadamente a vida biológica, a qual, para a nossa pesquisa, não ocorre por conta da menstruação, pois esta se torna uma cobrança perante o corpo da mulher acerca desse inerte, da vida extinta pela descamação do fluxo sanguíneo.

Povinelli (2023, p.22) ilustra a composição que representa o ciclo deste corpo da mulher que sócio historicamente construíram como deveria ser regulado “Vida (Vida {nascimento, crescimento, reprodução} vs. Morte) vs. Não Vida”. Compreendemos que a citação representa o que a geontologia destaca como a fase final da vida, a reprodução, o ponto alto, o clímax da narrativa do corpo da mulher por conta de estratégias liberais tardias para governá-la.

Metodologia: *Será Vermelho o seu Caminho... Mês a Mês*

Para este artigo, utilizamos o poema *Menstruação*, em *Sangria* (2017), de Luiza Romão, como *corpus* de pesquisa para reflexão a partir do geontopoder (Povinelli, 2023) e das técnicas de governo (Preciado, 2022) do corpo da mulher mediante as reflexões de resignificação a partir da Linguística Aplicada Pós-Humanista (Pennycook, 2018). À vista do aspecto metodológico, a pesquisa qualitativa com cunho documental (via arquivo) indica o novo materialismo feminista engendrado em uma ética-onto-epistemológica (Barad, 2007). Nesse aspecto, uma genealogia que transforma por si, por meio de um olhar entre os tempos, contribuindo para resignificação na intervenção das injustiças sociais, que clivam a contemporaneidade mediante sistemas de opressão de gênero.

Uma construção ilustrativa do *corpus* de pesquisa é o movimento das forças centrífugas que Bakhtin (1981) preconiza como a atuação da linguagem do meio para fora, ou seja, um processo de centralização ininterrupto; nessa perspectiva, aqui, intentamos demonstrar como essas forças estão agindo sobre o corpo da mulher sócio historicamente. Para isso, realizamos um monumento (Le Goff, 2013) que, no livro *Sangria* (2017), a autora trata como séries de acontecimentos históricos desde a colonização, demonstrando como a mulher é violentada. Outrossim, realizamos um recorte para análise discursiva do poema *Menstruação*, com a marcação do corpo na fase da adolescência, assinalada pela nomenclatura *mocinha* e o acontecimento da *menarca*. Lucy Irigaray (1985) postulou sobre “pensar de forma diferente” e “encontrar uma linguagem própria”, encorajando as estudiosas feministas a refletirem sobre outras possibilidades de reconfigurar os estudos hegemônicos. Por isso, este artigo realizará a descrição, interpretação e, posteriormente, a análise discursiva do poema *Menstruação* diante dos fundamentos teóricos elencados acima.

“Pra Mocinha Não Levo Jeito”: Análise Discursiva sobre os Agenciamentos acerca do Poema *Menstruação* na Obra *Sangria* de Luiza Romão

Como vimos no decorrer do artigo, as forças que agenciam sobre o corpo da mulher socialmente ficam expressas no poema *Menstruação*, como um marco, um momento no qual está, para além da mudança biológica, também sente como as técnicas de governo são dispostas sobre seus corpos com normativas e censuras. Segundo Haraway (1992), o uso do vocábulo “gênero” seria uma categoria para explorar o que seria uma “mulher” para problematização. Ainda salienta sobre a humanidade feminista que necessita de outros modos, como mais figuras feministas de humanidade. Neste aspecto, o poema *Menstruação* representa a importância de refletir sobre esse período que atravessa a vida da mulher como uma eterna preparação para geração de outra vida, um novo ser e acaba descamando com a chegada da menarca. Logo, a teoria feminista que Haraway (1992) acentua como multicultural e intercultural demonstra a construção pós-colonial, a qual está representada no poema pela poesia feminista a fim de utilizar a desconstrução do processo colonial como forma de questionarmos de que modo o corpo da mulher sempre foi atravessado por preconceitos e marcas na linguagem do patriarcado, da misoginia e do sexismo.

Para Haraway (1992), a escavação feminista simboliza os deslocamentos e resistência acerca de uma identidade que não é marcada exatamente socialmente, pois esse movimento exprime a reivindicação do status de “humano”. Segundo Haraway (1992), o período da teoria feminista recontextualiza o sujeito para a mudança; dessa maneira, repensa as formas de opressão e reflete sobre os modos de resistência, levando à ação para um processo de conscientização e entendimento sobre as marcas históricas tratadas por Luiza Romão na sua poesia e de como o corpo da mulher foi clivado pelos mecanismos de exclusão histórico reverberados, na atualidade, pelo discurso patriarcal.

Haraway (2019) menciona as artes da fabricação especulativa feminista no modo acadêmico, algo que nos chamou atenção, porque o poema *Menstruação* leva a pensar relativamente na reflexão da autora e que o importante são quais assuntos utilizamos para ponderar em relação a outros pontos. Desse modo, a escolha de Luiza Romão ao usar o ciclo menstrual para falar das amarras e marcas do patriarcado e machismo sobre o corpo da mulher é uma forma de contar a respeito de como se deu a história da colonização, seria uma rememoração para ressignificação da história brasileira. Essa temática atravessa o corpo das mulheres, pois a menstruação é um momento que liga pensamentos, fazendo descrições de seus corpos, aproximando quais histórias criam mundos e de que modo os mundos criam histórias.

Cabe mencionar que o poema *Menstruação* apresenta o que Júnior e Mantovani (2021) referem como um “lastro histórico de relações de poder que incidem sobre os corpos das mulheres no espaço social”. Dessa forma, essa citação remete ao fato de que não há entendimento de uma linha temporal evolutiva, mas, antes, da história marcada pelo que permanece, ademais do que rompe e se transforma, caracterizando as lutas das mulheres na sociedade. Para esta análise, realizamos o recorte do poema *Menstruação*, a qual será desenvolvida em três momentos: o primeiro trata do reconhecimento do “eu lírico” sobre a percepção que não atende aos padrões para ser considerada “mocinha”; no segundo momento, a atuação dos objetos utilizados para legitimar a construção do que essa “mocinha” deveria usar; no terceiro momento, como a estruturação do ser “mocinha” necessitaria performar, após este evento – a menstruação – que marcaria sua vida e como o “eu lírico” não iria se submeter a essa idealização, quebrando os preceitos impostos.

quando virei mocinha
não teve luxo
não teve pompa
só as trompas
anunciando sangue
será vermelho seu caminho

A palavra “quando” revela o que Povinelli (2023) trata sobre geotopoder e o que Romão (2017) discorre, no poema, como um momento de controle deste corpo afetado pela operação arquitetônica de governança com um discurso acumulador de formas de disciplina no sujeito. Nos enunciados, “não teve luxo”, “não teve pompa”, são apresentadas forças de manifestação e resistência ao anúncio da chegada do sangue, de forma a simbolizar um imaginário social da Não Vida, que não foi gerada, e das táticas liberais tardias desse corpo, o qual terá seu caminho marcado por sangue, sendo um projeto de acumulação de controle da vida da mulher.

então vieram os moldes
as modas os modos
de cruzar os pés
maquiar a boca
calar palavra

Preciado (2022) deixa uma reflexão que atende à realidade desta sequência narrativa “então vieram os moldes”, “as modas os modos”, “de cruzar os pés”, “maquiar a boca” “calar a palavra”: a regulação do corpo das mulheres, um mecanismo de controle. Torna-se, para Preciado (2022), um corpo político esculpido pelas expectativas sociais como corpos colonizados, subalternizados dentro de um regime de poder. Povinelli (2023) debate como um agenciado de elementos díspares em uma forma com padrões dominantes, constantemente manipulados e revisados de acordo com as condições materiais e locais com as quais a Vida é fabricada e a Não Vida, que vai ao encontro dos estudos de Preciado (2022) como tecnologias de governo, legitimadoras das técnicas de violência sobre determinados corpos.

pra mocinha não levo jeito
falta mão
sou seios livres
sem fotodepilação
dos saltos
só conheço os que fazem voar
(Romão, 2017, p.43-44)

A respeito deste recorte da sequência discursiva do poema, refletimos, em Butturi Junior (2018), sobre pensar a linguagem como um dispositivo de produção de subjetividade, que o “eu lírico” trata da nomeação de mocinha como algo que não atende aos padrões sociais. Para Butturi Junior e Camozzato (2021, p.6336), “O corpo – para além de sua narratividade, em sua bioespessura – e suas técnicas como um limite a partir do qual a des/obediência é possível ou não.” e alinhamos aos enunciados “sou seios livres”, “sem fotodepilação”, porque demonstra este corpo que foge das técnicas de obediência, não sendo considerada o padrão normativo social, mas um corpo des/obediente. Para Butturi Junior e Camozzato (2021, p.6338), “pensar a desobediência, a partir da perspectiva descolonial, implica pensar em desobediências pluri-versais, pluri-tópicas, pluri-linguísticas e, sobretudo, em experiências/gestos de desobediência”. Diante do trecho acima, compreendemos, pelos autores (2021), que Romão (2017) trata este corpo pela desobediência mediante a perspectiva descolonial de forma plural com o objetivo de ressignificar a construção sobre o que é “ser mocinha”.

A análise do poema é um fio condutor de como um marcador físico – a menstruação – torna-se um marco cultural e as suas implicações sobre a Não Vida. Para Povinelli (2023), a Não Vida criou aquilo que ela radicalmente não é, a chegada do fluxo sanguíneo rege o corpo com técnicas mobilizadas pela emergência do geontopoder. Levando em consideração os últimos versos do poema (“dos saltos”, “só conheço os que fazem voar”), inaugura-se uma trajetória de resistência para um outro modo de ser/existir que vai além da Não Vida. A representação que esse saber usa do salto não com a finalidade de atender um padrão social ou um regramento, mas para transgredir a norma, porquanto o salto ao qual a personagem refere-se, semanticamente, é o salto para a revolução no sistema como uma metáfora da autora com o intuito de ressignificar normalizações sociais.

Conclusão: dos Saltos só Conheço os que Fazem Vo(Ar)

Em suma, após as reflexões do poema *Menstruação*, de Luiza Romão (2017), é possível retomar as perguntas de pesquisa que deram origem a este artigo: Como as estratégias liberais tardias – que funcionam para governar esse corpo no período da menstruação – são apresentadas pelo geotopoder? Como a poesia feminista detém uma perspectiva decolonial na ressignificação de saberes atrelados à colonização brasileira e ao controle do corpo da mulher? Neste artigo, as discursividades descritas e analisadas no poema apresentam a importância dos estudos pós-humanistas, mediante a linguagem, para perceber como é necessário ressignificar saberes acerca dos agenciamentos e técnicas de governo sobre o corpo da mulher. Portanto, com este trabalho, pautamos a operação do geotopoder sobre o período da menstruação como esse marco da Vida e Não Vida, além de um momento respaldar as cobranças e normalizações que esperam socialmente das mulheres.

As pesquisas com cunho feminista, conforme Hollanda (2020, p.16), “recuperam narrativas ancestrais”, ou seja, é uma oportunidade de vivenciar a (re) escrita de saberes; de acordo com Júnior e Mantovani (2021), demonstram o confronto e denunciam tantos abusos e interdições sofridas pelas mulheres ao decorrer da história até atualmente. Para Júnior e Mantovani (2021), compreendemos que a literatura e suas artes proporcionam mecanismos como ferramentas de luta, que são possíveis diante do olhar atento ao contexto histórico e seus reflexos na constituição da sociedade brasileira contemporânea para questionarmos o espaço das mulheres, mediante a resistência, a visibilidade e a luta pelo reconhecimento das obras feministas

Segundo Ribeiro (2018, p. 84), “Reconfigurar o mundo por meio de outros olhares pode ser uma perspectiva poderosa, já que é capaz de gerar algum pertencimento que não seja a uma sociedade doente e desigual”. À vista disso,

esse projeto de reconfiguração é uma forma de gerar saberes ressignificados para as futuras gerações e apoiar a luta das mulheres. Para Ribeiro (2018, p. 87), “Não podemos mais naturalizar essas violências escamoteadas de cultura. A cultura é construída, portanto os valores dela também o são”. Sendo assim, aprendemos, nas aulas de histórias, essa naturalização, a qual, reproduzida na sociedade, cristaliza esses saberes de forma cultural. Cabe a nós lutarmos, por/ pela linguagem, para a legitimação de um novo projeto histórico do país. Este poema representa as “múltiplas configurações identitárias e da demanda por seus lugares de fala” (Hollanda, 2020, p. 12).

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 64 p.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA / Fórum Brasileiro de Segurança Pública. – 1 (2006) – São Paulo: FBSP, 2023. 357 p.

AXT, Bryan. **Dysphoria mundi**: por uma nova ontologia política comum. Uberlândia, MG. Caderno Feminino. v.36, n.1, jan/jun.2023.

BAKHTIN, Mikhail. **The Dialogic Imagination**. Tradução de Caryl Emerson e Michael Holquist. Austin: University of Texas Press, 1981.

BARAD, Karen. (2007). **Encontrando o Universo no meio do caminho**: Física Quântica e o Emaranhamento da Matéria e do Significado, Durham: Duke University.

BELL, Jen. **Como falar sobre menstruação muito além dos gêneros. A linguagem que usamos é importante**. Clue. Igualdade de gênero. 26 de abril de 2017. Disponível em: <<https://helloclue.com/pt/artigos/ciclo-a-z/como-falar-sobre-menstruacao-muito-alem-dos-generos>>. Acesso em: 08 agosto 2023.

BORBA, Rodrigo. **A linguagem importa? Sobre performance, performatividade e peregrinações conceituais**. Cadernos Pagu (43), julho-dezembro de 2014:4. p.441- p.473.

BORGES, Luciana. **A odisseia mensal do sangue: a poesia artista/feminista em Sangria, de Luiza Romão**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 28, n. 1, e66322, 2020. p.1-6.

BUTTURI JUNIOR, Atilio. **É a linguagem um dispositivo? (ou um linguista aborrecido)**. Revista da Abralim. V. 17, N. 2 (2018). Disponível em: <<https://revista.abralim.org/index.php/abralim/article/view/510>>. Acesso em: 12 agosto 2023.

BUTTURI JUNIOR, Atilio.; CAMOZZATO, Nathalia. Muller. **A PrEP, o HIV e as táticas de desobediência**. Fórum Linguístico, v. 18, p. 6332-6350, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/79952>>. Acesso em: 12 agosto 2023.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In.: ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Orgs.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003, p. 49-58.

COSTA, Mariana Barbosa Carvalho da. **Golpe Parlamentar da Maioridade: construção da ordem Imperial**. XIV Encontro Regional da ANPUH-RIO Memória e Patrimônio. Rio de Janeiro. 2010. Disponível em: <http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276721846_ARQUIVO_Artigo-ANPUHRiodeJaneiro-2010.pdf>. Acesso em: 24 de julho de 2023.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil – platôs vol. 1: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo, SP: Editora 34. 1995.

Festival Flow Literário- **Sangria com Luiza Romão**. 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=TF2QJRHnYDE>> Acesso em: 24 de julho de 2023.

FRIEDAN, Betty. **A mística feminista**. Tradução Carla Bitelli, Flávia Yacubian; revisão de tradução de Bhuvi Libanio, Marina Vargas.- 4 ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

FONSECA-VEIGA, Jaqueline. **Preconceitos de gênero e assédios moral/sexual clivados pelo discurso humorístico nos enunciados de Silvio Santos**. 108 f. Dissertação (Mestrado em Língua, Literatura e Interculturalidade) – Campus Cora Coralina, Universidade Estadual de Goiás, Goiás, 2020.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Cortez, 1992.

HARAWAY, Donna. **O humano numa paisagem pós-humanista**. Tradução: Marcos Santarrita. Estudos Feministas. 1992.

HARAWAY, Donna. **Seguir com el problema. Generar parentesco en el Chthuluceno**. Tradução: Helen Torres. Consonni, 2019.

HOLLANDA, Heloísa. Buarque. (Org.). **Pensamentos feministas hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

IRIGARAY, Lucy. **This Sex which is not the One**, New York: Cornell University Press. 1985.

JUNIOR, Antônio Fernandes; MANTOVANI, Amanda Soares. **Da Sangria às Recordações: a constituição do sujeito e do devir-mulher na poética de Luiza Romão e Conceição Evaristo**. Revista Digital dos Programas de Pós-Graduação do Departamento de Letras e Artes da UEFS Feira de Santana, v. 22, n. Esp. p. 118-136, dezembro de 2021. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/8c96/60c7c2003663187edbc2a087d3c9fed99308.pdf>>. Acesso em: 24 de julho de 2023.

LE GOFF. Jacques. **História e memória**. Tradução: Bernardo Leitão [et al.]. – 7ª ed. Revista – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

LOUSA, Pilar Lago e. **A potência da poesia de Luiza Romão**. Blog do Grupo de Estudos em Literatura Contemporânea, 2017.

Manos e Minas. **Luiza Romão e o seu segundo Livro “Sangria”**. 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BhdrBpVcWio>>. Acesso em: 24 de julho de 2023.

NOZ. Luiza Romão. Disponível em: <<https://editoranos.com.br/nossos-autores/luiza-romao/>>. Acesso em: 24 de julho de 2023.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**, Traduzido por Renata Santini. – São Paulo: n-1 edições, 2018.

PENNYCOOK, Alastair. **Posthumanist Applied Linguistics**. London: Routledge, 2018.

PRECIADO, Paul. B. **Dysphoria mundi. El sonido del mundo derrumbándose**. 560 p. Espanha: Editorial Anagrama, 2022.

POVINELLI, Elizabeth A. **Geontologias: um réquiem para o liberalismo tardio**/Elizabeth A. Povinelli; título original: *Geontologies: A Requiem to Late Liberalism*; tradução e apresentação por Mariana Ruggieri. São Paulo: Ubu Editora, 2023. 304 p.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** Editora Schwarcz S.A. São Paulo.

ROMÃO, Luiza. **Coquetel Motolove**. 2ª reimp. São Paulo: Selo do Burro, 2015

ROMÃO, Luiza. **Sangria**; [fotografia Sérgio Silva; tradução Martina Altalef] - 1 ed. São Paulo: Edição do Autor. Selo do Burro, 2017.

SABINO, Gabriela Magalhães. **A Constituição Subjetiva das Egressas do Sistema Carcerário Feminino no Interior Goiano**. 2022. 300 fls. Dissertação (Mestrado em Língua, Literatura e Interculturalidade) - Câmpus Cora Coralina, Universidade Estadual de Goiás, Goiás, 2022.

SABINO, Gabriela Magalhães; LUTERMAN, Luana Alves. **A biopolítica na regulação subjetiva pelo discurso materno: os efeitos do governo do corpo feminino na minissérie Maid**. *Porto das Letras*, v. 9, n.1, 2023. p. 275-300.

SILVA, Daniel Neves. **Golpe Militar de 1964**. *História do Mundo*. Disponível em: <<https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/golpe-de-64.htm>>. Acesso em: 24 de julho de 2023.

Slam Pé Vermelho. **Lançamento Sangria- Luiza Romão**. 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2dQ9jY9SXCM>>. Acesso em: 24 de julho de 2023.

CAPÍTULO 2

RESISTÊNCIAS E EXISTÊNCIAS: POR UM CINEMA NEGRO NO FEMININO

Raylla Marques

Doi: 10.48209/978-65-5417-273-1

Introdução

A propósito, o que é esse cinema de negros? Ou para negros? Essa é uma das perguntas recorrentes ao adentrar em tal temática. Existe, ou é possível fazer-se um cinema somente de negros? Ou melhor, por qual motivo devemos pensar um cinema de negro no feminino? É por meio dessas indagações que o exercício deste trabalho busca romper com lógicas de um cinema colonial, eurocêntrico, predominantemente masculino e branco.

O surgimento do cinema possibilitou a criação de uma imagem sobre o negro e sua inclusão neste espaço resultou e permeou um modelo do que é o ser negro. Se é que podemos afirmar que existe um modelo unívoco, ou que existe u modelo de negro. Desde os anos 1960, com a eclosão do Cinema Novo¹, uma das principais pautas deste movimento foi a disseminação de ideais antirracistas ao romper paradigmas em que o negro, surge ocupando um espaço de protagonismo em busca de uma “democracia racial” com o intuito de pôr fim as tensões étnicas (Souza, 2006). Porém, ao incluir este negro mediante a um

¹ Movimento de renovação da linguagem cinematográfica brasileira, presente nos anos de 1960 e início dos 1970, marcado pelo realismo e pela crítica às injustiças sociais mediante a realidade de um país desigual.

cinema produzido e realizado por um olhar colonial, corrobora para a propagação de modelos dotados de estigmatização.

Eis que o cinema negro emerge como produto dos movimentos negros na década de 1970, que buscaram articular de certo modo, uma série de lutas que iam de reivindicações políticas gerais contra o racismo, até as diversas ordens simbólicas que eram construídas por meio de modelos positivos de autorepresentação, seja no cinema, no teatro, na literatura, almejando um projeto de afirmação identitária. Diante disso, o surgimento do curta-metragem *Alma no olho* (1973) do diretor de cinema Zózimo Bulbul adquire um caráter histórico ao inaugurar esse movimento, ao que chamamos hoje, de um cinema negro.

O pioneirismo histórico de *Alma no olho* inspirou o surgimento de um movimento cinematográfico formado, produzido e realizado por negros e negras. A narrativa própria, as construções estilísticas, é um marco no cinema negro brasileiro, em que o principal ponto foi estruturado de experiências negras e uma não-relação com um olhar branco, partindo para a elaboração de uma perspectiva de vivências negras. Assim, Zózimo Bulbul traz consigo a negritude como um laço intrínseco à sua obra, além de permitir novas formas de representações desse ser negro, de sua história, possibilitando panoramas inaugurais referente as temáticas da questão racial no cinema.

O século XXI germina consigo esse campo, agora como classificatório, que tem sido (res)significado por uma nova geração de diretores, produtores, atores e consumidores que enfatiza, renova e reclassifica a discussão política antirracista e decolonial inerente a esse corpo negro. Desse modo, seria inviável definir todo um movimento cinematográfico, que é complexo, com simples palavras classificatórias, mas de toda forma, o cinema negro brasileiro estabeleceu em suas bases, uma pauta estética e sobretudo política para a crítica de uma produção que privilegiou por tanto tempo uma cultura unidimensional (eurocêntrica), utilizando-se por meio de uma desconstrução de um olhar colonial. É, portanto, um trabalho de resistência e de transgressão mediante a um sistema

que perpetuou modelos, símbolos e signos de um ideal em que as relações de raça, classe e gênero são predominantemente hierárquicas e dominantes, sendo assim, não-inocentes.

Dessa forma, ao observar o contexto histórico brasileiro, é importante compreender como são construídas as representações desse imaginário racial, que de certa forma adquire uma perspectiva negativa do negro brasileiro. É notório a exclusão negra em um lugar majoritariamente masculino, branco e elitista. Pois, tal discussão perpassa primordialmente pelas questões sociais, raciais e de gênero. Sendo assim, a composição do cinema pode e deve ser vista como um sistema dominante de poder. É preciso existir identificação entre o sujeito e a imagem mostrada para que esse deslocamento de nós mesmos seja transpassado para essa outra dimensão. Por muito tempo não houve uma identificação das mulheres negras com o que há na produção audiovisual e, portanto, torna-se valiosa a ocupação dos diversos meios de comunicação em massa para a construção de novos tipos de sujeitos por meio das representações.² (SILVA, 2016)

“Cinema Negro no Feminino”

“As representações convencionais da mulher
negra fizeram violência à imagem”
(bell hooks)

² “No registro pós-estruturalista, a representação é concebida unicamente em sua dimensão significante, isto é, como sistema de signos, como marca material. A representação expressa-se por meio de uma pintura, de uma fotografia, de um filme, de um texto, de uma expressão oral. A representação não é, nessa concepção, nunca, representação mental ou interior. A representação é, aqui, sempre marca ou traço visível, exterior. Em segundo lugar, na perspectiva pós-estruturalista, o conceito de representação incorpora todas as características de indeterminação, ambiguidade e instabilidade atribuídas à linguagem. Isso significa questionar quaisquer das pretensões miméticas, especulares ou reflexivas atribuídas à representação pela perspectiva clássica. Aqui, a representação aloja a presença do “real” ou do significado. A representação não é simplesmente um meio transparente de expressão de algum suposto referente. Em vez disso, a representação é, como qualquer sistema de significação, uma forma de atribuição de sentido. Como tal, a representação é um sistema linguístico e cultural: arbitrário, indeterminado e estreitamente ligado a relações de poder” (SILVA, T., 2011, P.90-91).

A citação de bell hooks traz consigo uma indagação, qual elemento de controle compõe a constituição das imagens? Podemos falar que existe uma relação essencial, direta e sólida entre a manutenção do patriarcado (branco e supremacista) presente na sociedade e a manutenção de imagens específicas na mídia de massa. É, de certa forma, um meio de representações de raça e negritude que apoiam e mantêm essa estrutura opressiva, baseada na exploração e na dominação de todas as pessoas negras em diversos aspectos.

Antes desse ideal de uma supremacia branca adentrar o meio cinematográfico latino-americano, eles construíram imagens da negritude e de pessoas negras que sustentam e reforçam as próprias noções de superioridade racial, suas políticas imperialistas apolíticas e seu exclusivo desejo de dominar. bell hooks (2019) aponta que historicamente, desde o período escravista que a Casa-grande reconhece que controlar imagens é central para manter as estruturas de poder, as políticas da escravidão, das relações de poder racializadas, eram tais que os escravizados eram privados de seu direito de olhar, além de ser fundamental para a manutenção de qualquer sistema de dominação racial.

Assim, podemos observar no que consolida essa relação entre representação e identidade, que é presente nos estudos culturais, como um campo de diversas formas de produção de identidades e seus significados, sendo excepcionalmente relacionados socialmente, oferecendo ferramentas para pensar também a diferença mediante isso. É o que de fato Kathryn Woodward destaca:

A representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeitos. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência, a aquilo que somos. Podemos inclusive sugerir que esses sistemas simbólicos tornam possível aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar. A representação, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às questões: Quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser? Os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar. (WOODWARD, 200, p. 17).

Mediante isso, essa sobreposição entre identidade, diferença e representação, pensando no contexto social e racial brasileiro, a pesquisadora Nilma Lino Gomes (2003, p. 43) evidencia que “ construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina o negro, desde muito cedo que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo, é um desafio enfrentado pelos negros e pelas negras brasileiros/as”. Essa negação, por vezes, perpassa ao sentido do medo, dos perigos e dos estereótipos no qual essa população está vulnerável.

Os estereótipos são um dos pontos principais da obra “O negro brasileiro e o cinema”, do jornalista João Carlos Rodrigues (2012), que descreve sobre a apresentação de uma classificação de arquétipos e caricaturas do negro na cinematografia nacional ligadas à escravidão, e as religiões afro-brasileiras. Hall (2010) destaca que essa ideia de estereótipos é de extrema importância para a representação da diferença racial, pois é uma prática intimamente ligada à manutenção da ordem social e simbólica, sendo capaz de estabelecer ponte entre o “normal” e o “desviante”, entre o “aceitável” e o “inaceitável”, e assim, torna-se pertinente eliminar o que não pertence, o que não se encaixa. Dessa forma, Hall enfatiza o poder elucidado por meio da representação, o poder de delimitar, de classificar a partir dessas diferenças, que é construída e potencializada pelo estereótipo.

A simbologia da população negra, principalmente a mulher negra, tem reduzido a representações sociais extremamente estereotipadas, ligada a figura da mulher pobre, da dona de casa, da faxineira, ou então hipersexualizada, dentro das representações da teledramaturgia e do audiovisual brasileiro. Essa perspectiva nos permite observar a prática racista que há dentro da cinegrafia, a visibilidade proposta para esses sujeitos permite a construção de estigmas pautados nos lugares sociais relacionado ao imaginário escravista, em que evidencia o negro como cômico, a “mulata sensual” que na condição de corpo disponível encarna as fantasias do homem branco, e que está intimamente interligado ao imaginário cultural brasileiro e suas bases escravista, colonial e patriarcal.

É uma imagem criada para a manutenção e confirmação dessa relação de poder estabelecida entre as mulheres negras e a branquitude³. O racismo é estrutural e a interseccionalidade entre gênero, raça e classe coloca as mulheres negras na sociedade em lugares subalternos. Porém, essa não é a única realidade, e o modo como somos vistos pela sociedade e por outras pessoas influenciam diretamente na forma como nos vemos a partir de determinadas imagens criadas.

O artigo “*Mulheres negras fazendo cinema*” de Júlio César Santos e Rosamaria Bernardo (2014), traz o panorama de um cinema realizado por mulheres negras e aponta para a imagem contemporânea como ponto de virada para transformações que alteraram a imagem da mulher negra no cinema. É, de certa forma, uma “visibilidade” por meio dessas imagens questionada. A que ponto essa mulher negra ocupa esse espaço cinematográfico? As imagens construídas ferem e negligenciam toda uma identidade que essa mulher negra carrega de si. Por mais que tentem um distanciamento de ideais racistas, sexistas, a mentalidade está pautada na raiz neocolonialista. Porém, é válido salientar que determinadas obras fogem dessa determinada estrutura, entretanto, é uma exceção que busca seu espaço nesse cenário dominante.

Por isso é importante pensar o conceito de cinema negro no feminino, recuando mundos na elaboração de um cinema engajado na luta por uma sociedade mais justa e igualitária, atravessando questões que anteriormente não eram enfatizadas, de classe, de raça e de gênero. Esse conceito de cinema negro no feminino foi bem desenvolvido por Edileuza Souza na tentativa de pensar um cinema arquitetado por cineastas negras (Souza, 2020). Assim, o cinema negro é um projeto em construção no Brasil, visto que durante muito tempo foi permeado por lacunas e silenciamentos, dominado prioritariamente por ho-

³ Compreender o conceito de branquitude de acordo com Lia Vainer Schucman (2012) como um lugar simbólico para além das questões genéticas, como também posições e lugares sociais que determinados sujeitos ocupam. “Assim, a branquitude é entendida como uma posição em que sujeitos que ocupam esta posição foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade.” (SCHUCMAN, 2012, P.23)

mens brancos, enfatizando a ausências de referências femininas tanto na função de diretoras, quanto de atrizes. Um lugar em que foi negado qualquer visibilidade, porém, quando há essa representação é uma abordagem atravessada por um olhar permeado de estereótipos produto de um imaginário patriarcal. Desse modo, é necessário produzir a compreensão da feminilidade e da negritude na visão das próprias mulheres negras, pois é dessa forma que a transgressão de imagens passa por essa (re)configuração.

Esse cenário de invisibilidade e de uma produção cinematográfica restrita permanece tanto na reprodução quanto na recepção. Falando ainda inserido em um contexto racial, segundo Carvalho (2006), apenas recentemente e de forma iniciante passou a observar-se a presença do negro no cinema nacional, diga-se de passagem na direção, o trabalho é ainda árduo. É possível analisar que até 2016 apenas uma mulher negra havia dirigido um filme, que foi Adélia Sampaio. Os dados apresentados por Silva e Lusvargi (2019) são de pelo menos 34 anos, correspondente ao intervalo estimado entre dois longas-metragens de ficção dirigidos exclusivamente por mulheres negras no Brasil. O lapso temporal exemplifica a ausência de representatividade e sinaliza a história das mulheres dentro do contexto audiovisual brasileiro.

Cinema Dirigido e Produzido por Mulheres Negras

Na minha mente, vejo uma linha. E depois dessa linha, vejo campos verdes, flores adoráveis e lindas mulheres brancas com seus braços esticados na minha direção, depois dessa linha. Mas não consigo chegar lá. Não consigo passar dessa linha'

Quem disse isso foi (a ex-escravizada e abolicionista americana) Harriet Tubman, nos anos 1800. E deixem-me dizer algo a vocês: a única coisa que separa as mulheres negras de qualquer outra pessoa é a oportunidade. [...] Você não pode ganhar um Emmy por papéis que simplesmente não existem. ⁴

4 Discurso de Viola Davis na premiação do Emmy em setembro de 2015. Tornou a primeira mulher negra a ganhar o prêmio de melhor atriz de série dramática.

Veja o discurso de Viola Davis no Emmy 2015. **Mulher no cinema**, São Paulo, 21 de set. De 2015. Disponível em: <https://mulhernocinema.com/noticias/veja-o-discurso-de-viola-davis-no-emmy-2015/>. Acesso em: 19 de jul. de 2023.

O discurso de Viola Davis abre margem para a discussão e propósito desse trabalho, a oportunidade. A oportunidade para mulheres que construíram a história, que de algum modo as marginalizaram. Não é nenhum pouco inocente que não conheçamos nomes como Lilian Solá Santiago, Dandara, Carmen Luz, Iléa Ferraz e dentre outras brilhantes cineastas negras brasileiras. O desenvolvimento do reconhecimento histórico de participação de diretoras negras no cinema nacional, é um longo trajeto a ser percorrido. O fato é que mesmo dentro da historiografia que trata o cinema negro, há uma grande lacuna relacionada a esse elemento. Isso porque “o cinema negro é um projeto em construção no Brasil” (Oliveira, 2016, P.175) e permeia o desafio de harmonizar historicamente a representatividade das mulheres negras nesse percurso. Assim, o apagamento do cinema brasileiro feito por mulheres é produto de gritos e sussurros inauditos, a serviço de quem decide quais as histórias que são contadas. Por isso que o fazer historiográfico nesse trabalho é visibilizar e enxergar o corpo feminino negro como sujeito da narrativa.

Dessa forma, surge a indagação: há um cinema realizado por mulheres negras? Sim, há um cinema em que a construção de uma identidade feminina e a negritude é palco de dentro para fora, ou seja, diante e por trás das lentes. Porém, essa “não existência” é vasta dentro de estudos do audiovisual e que não contempla a participação de mulheres negras de um modo geral, inclusive no posto de direção. Isso é um fato, os holofotes destinados a Zózimo Bulbul é salientado como pai do cinema negro no Brasil oculta, ou melhor, silencia o desconhecimento de Adélia Sampaio, que por sinal, só tornou-se plausível devido ao trabalho da pesquisadora Edileuza Souza⁵.

Segundo Adélia Sampaio, em uma entrevista ao site *Blogueiras Negras*⁶ em 2016, sobre o fato de ser a primeira mulher negra brasileira a produzir um

5 SOUZA, Edileuza Penha de. Cinema panela de barro: mulheres negras, narrativas de amor, afeto e identidade. 2014. Tese (Doutorado em Educação)- Universidade de Brasília, Brasília 2013.

6 O racismo apaga, a gente reescreve: conheça a cineasta negra que fez história no cinema nacional. **Blogueiras Negras**, 6 de mar. De 2016. Disponível em: <https://blogueirasnegras.org/o-racismo-apaga-a-gente-reescreve-conheca-a-cineasta-negra-que-fez-historia-no-cinema-nacional/> . Acesso em: 12 de jul de 2023.

longa metragem de ficção nos últimos 33 anos: “cinema é, sem dúvida, uma arte elitista, aí chega uma preta, filha de empregada doméstica, e diz que vai chegar à direção, claro que foi difícil até porque me dividia entre fazer cinema e criar meus dois filhos!”. Observar-se que há um misto de entraves, primeiro no que concerne as condições socioeconômicas dessa população, de uma vida de direitos negados sem acesso a políticas públicas de qualidade. Como também os desafios de preservar a memória e produzir um cinema negro no Brasil realizado por mulheres, que de certa forma, seria essencial nesse processo de pôr fim essa invisibilidade.

O livro *Mulheres atrás das câmeras: as cineastas brasileiras de 1930 a 2018* de Camila Vieira e Luiza Lusvarghi (2019), traz consigo textos que resgatam a produção cinematográfica feminina que esteve por muito tempo dentro de um processo de apagamento, além de demonstrar lacunas e reflexões sobre o cinema nacional realizado por mulheres. De acordo com os dados presente no livro e realizado pelo Observatório Brasileiro do Cinema e do Audiovisual (OCA-Ancine), constata-se a ausência completa de mulheres negras na função criativa e influente do cinema, como pode observar:

Entre os anos de 1970 e 2016, os filmes com grande público (acima de 500 mil espectadores) foram predominantemente dirigidos por homens (98%). Nem sequer um diretor não branco foi identificado, em que pese o fato de não termos podido identificar 13% dos casos por falta de dados. No que se refere ao gênero, chama atenção o baixíssimo índice de mulheres na direção dessas produções, apenas 2%. **Além disso, nenhuma delas é negra.** (Candido et al., 2017, grifos meus.)

Diante disso, é dentro desse contexto que o movimento se faz das margens para o centro, é o movimento contemporâneo das mulheres negras no contexto do cinema negro nacional, como bem pontuou Camila Vieira e Luiza Lusvarghi (2019). Pois foi durante as três primeiras décadas da história do cinema negro que as mulheres diretoras tiveram a sua presença e representatividade invisibilizadas, e por outro lado, nos últimos sete anos há uma ocupação por uma nova geração de cineastas.

É dentro desse cenário de imersão, e de reconfiguração de um cinema que aos poucos alcança seu lugar que, Juliana Vicente⁷ diretora, produtora e argumentista, é regularmente citada entre as mais importantes realizadoras do cinema contemporâneo. Nesse sentido, o que torna perceptível dentro dessa análise é que, além de uma produção de carreiras individuais, esses processos coletivos de produção entram em cena em um movimento vertical, das temáticas à plateia. As mulheres negras que ocupam o cinema hoje, ajustam por meio das suas produções diálogos com o mundo, mas, sobretudo, entre si e para seus pares, possibilitando a criação dos “espaços de agenciamentos”, algo que bell hooks pontua em “Olhar opositivo”:

Existem espaços de agência para pessoas negras, onde podemos ao mesmo tempo interrogar o olhar do Outro e também olhar de volta, para o outro, dando nome ao que vemos. O “olhar” tem sido e permanece, globalmente, um lugar de resistência para o povo negro colonizado. Subordinados nas relações de poder aprendem pela experiência que existe um olhar crítico, aquele que “olha” para registrar, aquele que é opositor. Na luta pela resistência, o poder do dominado de afirmar uma agência ao reivindicar e cultivar “consciência” politiza as relações de “olhar”- a pessoa aprende a olhar de certo modo como forma de resistir. [...] Foi o olhar opositor negro que reagiu a essas relações de olhar criando o cinema negro independente. (hooks, 2019, p.116)

Por isso que ao observar e analisar minuciosamente o cinema negro feito e produzido por mulheres na contemporaneidade, trata-se de olhar e compor filmes *opositivamente*⁸. Desse modo, estamos diante de uma geração de diretoras que obtém grandes chances de modificar a médio prazo a posição atual das representatividades das mulheres negras presente no cinema brasileiro.

Por outro lado, é de suma importância visibilizar produções cinematográficas, ou melhor, mulheres cinematográficas que contribuíram através das lentes poéticas demarcando seu gênero e raça. Lílian Solá Santiago⁹ foi a primeira

7 Todas as informações sobre a diretora é retirado do site da Preta Portê Filmes. Disponível em: <https://pretaportefilmes.com.br/a-produtora/> . Acesso em: 23 jul. 2023.

8 Termo cunhado por bell hooks em *Olhares Negros: raça e representação* (1992).

9 As informações sobre a diretora, está no site Instituto de Cinema. Disponível em: <https://instituto-decinema.com.br/mestre/lilian-sola-santiago> . Acesso em: 11 de set de 2023.

mulher negra a lançar um filme em cinema no Brasil a partir da Retomada¹⁰, é diretora, professora e pesquisadora, e ao longo de sua carreira acumulou cerca de mais de 20 premiações. Dentre eles, os documentários “Família Alcântara” (com Daniel Santiago, 2004), e “Eu tenho a palavra” (2011), contribuindo essencialmente dentro das temáticas afro brasileira, de identidade e gênero. Danddara¹¹-com o nome de batismo Ana Cristina Carvalho- é cineasta, cantora e artista florestal premiada no Brasil e nos Estados Unidos, autora de “Gurufim na Mangueira” (2000) e “Missing (Desaparecidos)” (2017) obteve uma carreira brilhante para além do solo brasileiro. Por conseguinte, a cineasta e uma das mais completas artistas do Brasil, Carmen Luz,¹²além de criar projetos sociais voltado para a cultura e arte, é uma das precursoras do cinema negro no Brasil, o documentário “Um Filme de Dança” (2016) é uma das maiores obras primas do cinema.

Em suma, é evidente que o lugar de prestígio dessas diretoras não chega até elas, e como consequência desse fato, o esquecimento e o silenciamento por meio das práticas discursivas colabora para a homogeneização desse cenário. As principais obras que tratam do cinema negro nacional (Carvalho, 2012; 2006; 2005; Souza, 2013) quando mencionam as diretoras negras, é possível analisar que estão ligadas a um contexto geral, amplo, em meio aos diversos quadros de nomes de outros diretores, sem uma atenção sobre seus filmes ou atuações na vida política. É de todo modo, uma geração de diretoras que iniciaram nos anos 1999 e 2000 e permanecem negligenciadas em todos os âmbitos, seja na crítica do cinema, na mídia, ou até mesmo na academia.

10 Expressão usada para designar o cinema feito no Brasil entre 1995 e 2002, após um período de estagnação,foi quando houve a estruturação de um sistema de incentivos fiscais favorecendo a nova fase de fomento à produção cinematográfica.

11 As informações sobre a diretora está no site Filmow. Disponível em: <https://filmow.com/danddara-a516630/> . Acesso em: 11 de set de 2023.

12 As informações sobre a diretora está no site Geledés. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/uma-conversa-com-carmen-luz-sobre-o-cinema-feminino-em-movimento/> . Acesso em: 11 de set de 2023.

Conclusão

Em princípio, propor a desconstrução de um cinema colonial em que corpos negros que fogem dessa representatividade não são salientados nem muito menos vistos como sujeitos é de total importância. Por isso, o pensamento de Achille Mbembe (2018, p.20) reluz o fazer historiográfico ao indagar e pensar: se o negro conseguir de fato sobreviver a todos aqueles que o inventaram, e em uma reviravolta, toda a humanidade subalterna se tornar negra, que riscos acarretaria um tal devir-negro no mundo a respeito da universal promessa da liberdade e igualdade de que o nome Negro terá sido o signo manifesto no decorrer do período moderno? Ser negra, ser mulher, fazer cinema e se auto representar, requer uma poética visual que a classifica também como artista.

Nesse contexto, afirmar que existe um cinema negro, ou um cinema realizado e composto por negros e negras, é resistir e assentir uma consciência de pesquisadores e intelectuais que dedicam a traçar caminhos em que a negritude é central e representativa dentro do cinema. Desse modo, atribuir a ideia de cinema como imagem em movimento (DELEUZE, 1983) e que desenvolve mecanismos e instrumentos para atribuir sentidos e significados da realidade da imaginação, é refletir e entender uma identidade e classificação imbricadas nas relações sociais, históricas e culturais.

Em suma, quando se trata de falar em “mulher negra” no Brasil é pensar em um ser cujo pertencimento étnico é ligado à perda, compreendendo a produção de estereótipos ligado ao prazer de uma dominação que exclui o regulamento de sujeito e a comercializa como objeto. A partir dessa análise, Sueli Carneiro (2023) possibilita ratificar tal afirmação quando descreve que a imagem de uma mulher negra representada cinematograficamente simboliza uma espécie de conflito ontológico.

Diante dos fatores, o que é possível evidenciar é que artistas negros sempre existiram dentro do audiovisual brasileiro, desde seu surgimento como:

Neuza Borges, Ruth de Souza, Milton Gonçalves, Zezé Motta, Lázaro Ramos, Thalma de Freitas, são grandes nomes nacionais (Santos, Bernardo, 2014). Entretanto, é válido ressaltar que as imagens de seus personagens são carregadas, em grande maioria, de representações estereotipadas. Há, portanto, uma dificuldade em compreender tais imagens, refletindo em um estilo perseguido por cineastas brasileiros permeado por uma espécie de “fetiche” nacional.

Invariavelmente, concluímos que ao tornarem cineastas, essas mulheres rompem com seus lugares de origem, o lugar que lhes estava predestinado por um pensamento racista e sexista. Assim, pensar a cinematografia do passado indica que mulheres negras construíram um olhar dentro do âmbito do cinema a partir da ausência de seus corpos na tela. Há uma violência contra a imagem das mulheres negras, pois pouco se pensava sobre a questão de gênero. Em um primeiro momento, no cinema independente produzido por pessoas negras, havia toda uma discussão em torno do racismo, das questões raciais e representação de pessoas negras, porém, muito pouco ou quase nunca era tratado sobre a questão feminina nesse âmbito. O olhar tem poder e onde há relações de poder, há resistência¹³.

Referências

CANDIDO, M.R e JÚNIOR, Feres. Representação e estereótipos de mulheres negras no cinema brasileiro. *Revista Estudos Feministas*, 2019.

CANDIDO, Marcia Rangel. Invisibilidade de narrativas e visibilidade de estereótipos: o problema da representatividade das mulheres negras no cinema nacional. 2016. 171 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

CARNEIRO, Sueli. Dispositivo de Racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CARVALHO, Noel dos S. Cinema e representação racial: o cinema negro de Zózimo Bulbul. 2005a. 311 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

13 FOUCAULT, 1980, p. 33, apud hooks, 2019.

CARVALHO, Noel dos S. O cinema em negro e branco (prefácio). In: SOUZA, Edileuza P. de (Org.). *Negritude, cinema e educação: caminhos para a implementação da Lei 10.639/2003*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2006. p. 17-30. v. 1.

CARVALHO, Noel dos S. Dois ensaios de sistematização da questão racial no cinema: o contexto do cinema novo (prefácio). In: SOUZA, Edileuza P. de (Org.). *Negritude, cinema e educação: caminhos para a implementação da Lei 10.639/2003*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007. p. 19-28. v. 1.

CARVALHO, Noel dos S. Racismo e anti-racismo no Cinema Novo. In: HAMBURGUER, Esther et al. *Estudos de Cinema Socine*. São Paulo: Annablume, 2008. p. 53-60.

CARVALHO, Noel dos S. Imagens do negro no cinema brasileiro: o período das chanchadas. *Cambiassu – Revista Científica do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão, São Luís, ano XIX, n. 12, p. 81-94, jan./jun. 2013.*

DELEUZE, G. *A Imagem-Movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1985 – (Cinema 1).

GOMES, Nilma L. Cultura negra e educação. *Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 23, p. 1-11, maio/ago. 2003.*

HOOKS, bell. *Olhares negros: raça e representação*. São Paulo: *Elefante*, 2019.

MBEMBE, Achille. *A crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona. 2018.

RODRIGUES, João Carlos. *O negro brasileiro e o cinema*. Rio de Janeiro: Pallas, 2011, p. 151.

ROSA, S. O. “Não deixem a tinta coagular em suas canetas”: por uma escrita orgânica. *Sæculum – Revista de História, [S. l.], v. 24, n. 41 (jul./dez.), p. 236–247, 2019.*

SANTOS, Júlio César dos. *A quem interessa um cinema negro*. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), 2013.

SILVA, Conceição de Maria Ferreira. *Mulheres negras e (in)visibilidade: imaginários sobre a intersecção de raça e gênero no cinema brasileiro (1999-2009)*. 2016. 297 f., il. Tese (Doutorado em Comunicação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

SILVA, Camila V; LUSVARGHI, Luiza. Mulheres atrás das câmeras: As cineastas brasileiras de 1930 a 2018. São Paulo, 2019.

SOUZA, Edileuza Penha de (org.). Negritude, cinema e educação: caminhos para a implementação da Lei 10.639/2003. Vol. 1. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2006.

SOUZA, Edileuza Penha. Mulheres negras na construção de um cinema negro no feminino. Anik vol.7, nº1. Lisboa: 2020.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. In: SILVA, Tomaz T. da (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.p.7-72.

CAPÍTULO 3

FORMAÇÕES IDENTITÁRIAS DAS PROFESSORAS UNIVERSITÁRIAS NEGRAS: PARADIGMAS INTERSECCIONAIS E EXPERIENCIAIS

Daíra Andréa de Jesus

Ana Claudia Delfini

Doi: 10.48209/978-65-5417-273-2

Introdução

A presente análise bibliográfica, relacionada às discussões teóricas de projeto de tese de doutorado em andamento, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), trata: das formações identitárias das professoras universitárias negras, à luz de perspectivas interseccionais; de reflexões teóricas sobre processos identitários; e da literatura negra, da qual derivam as percepções experienciadas por docentes negras. A proposta é descortinar as subjetividades do “torna-se negra” no ambiente acadêmico, já que, distintivos de raça e de gênero, posicionam as mulheres negras para a base da pirâmide da opressão e exploração.

O objetivo geral desta investigação, explicativa e qualitativa, é identificar, teoricamente, como se formam as identidades das professoras universitárias negras. Já os objetivos específicos são: compreender o conceito de interseccio-

nalidade; interpretar as reflexões teóricas sobre processos identitários; questionar os privilégios da branquitude e evidenciar que a raça e o gênero, também são marcadores que interferem nas trajetórias profissionais das docentes negras (Akotirene, 2019; Collins, 2022; Crenshaw, 1989, 1991).

A investigação inicia contextualizando a emergência do paradigma interseccional, para a compreensão da dinâmica da hierarquização social, o que fazemos com base nos estudos de professoras negras. Na sequência, optamos por uma inversão epistemológica, com ênfase na branquitude, seus privilégios e sua materialização no contexto da docência do ensino superior, que abriga componentes da lógica racista da distribuição do trabalho, advinda do capitalismo colonial/moderno (Bento, 2022; Muller, Cardoso, 2017; Frankenberg, 2004; Schucman, 2012).

Por fim, a pesquisa retrata o impacto da complexidade dos processos identitários na trajetória de professoras universitárias negras, as quais suportam os riscos inerentes à mulheridade e à negritude, diante da influência dos constructos sociais de gênero e de raça, que, juntamente com tantos outros marcadores, moldam padrões de desvantagens, e do peso do racismo genderizado (Collins, 2016; Davis, 2016; Fanon, 1952; hooks, 2017; Kilomba, 2019; Souza, 2021).

A Interseccionalidade como Categoria de Análise: As “Querelas” do Gênero e da Raça

Após violentos processos históricos alicerçados por teorias pseudocientíficas, instituírem desacertadas concepções de gênero e de raça, há quem recomende não mencionar nenhuma das duas categorias, tampouco refletir sobre sexismo e racismo, como se performances e fenótipos não pudessem mais impactar negativamente as experiências corporais, por meio de práticas criminosas, exclusões e humilhações cotidianas. Essa sugestão, que reforça a desmemorização e o silenciamento característico do colonialismo, é uma abs-

tenção sobre os benefícios estruturais advindos das identidades negadas, abjetas (Butler, 2000) e estigmatizadas (Goffman, 1978), da diáspora africana e do patriarcado.

Dentre tantos indicadores, gênero e raça são marcadores identitários produtores de diferenciação social, que reservam lugares distintos para os sujeitos dentro de uma sociedade e é a falta de reconhecimento dessa premissa, um dos fatores que nos separam e não as nossas diferenças (Lorde, 2019). Não sendo verbalizados, racismo e sexismo, não existem, não estilhaçam a máscara do silêncio e consolidam “histórias únicas” (Adichie, 2019) e engessadas.

Repensar a noção de diferença, mais precisamente, sobre a forma como se tem ignorado as diferenças que existem entre as próprias mulheres, inclusive, a diferença de idade, foi uma manifestação recorrente de Lorde (2019). A identidade é construída por meio da diferença, portanto, silenciar a diferença é manter a desigualdade, que desfavorece as mulheres negras, pobres e as identidades de gênero não-binárias.

Para além de outros múltiplos constructos sociais que recaem sobre um corpo, a raça e o gênero, por si só, operam como potentes mecanismos de inferiorização, opressão e subalternidade, quando este escapa à norma mítica (homem, branco, cristão, heterossexual...). Por meio dos movimentos sociais, se tornaram expressões com acentuada conotação política e social, se distanciando dos determinismos biológicos.

A resistência ao uso da terminologia gênero, pode ter surgido, da associação do conceito, à luta dos movimentos feministas e LGBTQIAPN+, que advogaram pela interligação da palavra, à uma ideia de identidade social fluída, o que é confundido com depravação.

Objeto de investigação de diversas pensadoras (Butler, 2003; Delfini, 2022; Harding, 1986; Scott, 1995), em termos conceituais, na concepção de Butler (2003), o gênero é a estilização repetida do corpo. Este conceito vai ao encontro do que Silva (2000, p. 96-97) entende por identidade: “uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo”.

Quanto ao gênero feminino, as mulheres são impactadas pelo patriarcado e sua conseqüente lógica “homem-provedor” e “mulher-dona de casa”. Concebidas como sujeitos de “segunda classe”, “o Outro”, “o objeto”, “o incidental”, “o não essencial”, “o sexo secundário” (Beauvoir, 1967), a universalização do sujeito masculino, posicionou o sujeito feminino como um ser de menor valor.

Ao iniciar a abordagem sobre a condição da mulher na sociedade, Beauvoir (1967) se valeu da expressão “a querela do feminismo”. A alcunha “querela”, para a escritora, se justificava porque reconhecia que a temática era tida por “irritante” e acreditava que estaria quase que finalizada. As tentativas de enterrar prematuramente a palavra, notadamente, restaram inexitas.

Quanto à ideia de raça, esta foi criada com o processo de colonização europeia. Posteriormente, no período de pós-escravização, não faltaram roupagens ditas científicas para a hierarquização biológica das raças, com a inferiorização e desumanização do negro (“corpo destituído de pensamento”).

Atualmente, retrata um constructo político-social e nessa conotação, é uma expressão utilizada como reivindicação de identidade, afinal em razão da estética (e não da genética), as pessoas negras vêm sendo marginalizadas. A resistência ao uso da terminologia raça, que não encontra respaldo na Biologia, por ausência de parâmetros genéticos passíveis de diferenciarem os seres humanos, desagua até mesmo em tentativas de substituição pela expressão “etnia”, para evitar o peso que aquela acaba transmitindo.

Entendemos que o termo raça não pode ser excluído, seja porque o conceito de etnia abriga outras dimensões (culturais e religiosas); seja porque, repersonalizada, a expressão se trata de uma política de autoidentificação (Collins, 2016; Hall, 2006; Munanga, 2012); seja porque a pigmentação da pele, sinaliza profundas diferenças sociais; seja porque, arquitetar compensações econômicas e aniquilar privilégios exige enxergar o passado.

Ora, concedido o lugar de fala aos movimentos negros, que, no mínimo, se escute o que nunca pôde ser contado. A ciência, em tese, resgatou a humani-

dade que foi negada ao longo da história da modernidade ocidental, no entanto, não teve êxito em comunicar adequadamente ao Estado e suas instituições armadas, que as pessoas negras também são seres humanos plenos de direitos.

As relações de trabalho e de raça foram, estruturalmente, associadas, portanto, estão atreladas à atual divisão do trabalho, influenciada pela dificuldade de acesso aos recursos educacionais. Lugones (2014), considera as configurações de gênero juntamente com a raça e o trabalho, dentro das condições opressivas do colonialismo, nomeando essa configuração como colonialidade de gênero, o qual foi uma forma de dominação colonial, que inferiorizou as mulheres, inclusive, em relação aos homens colonizados.

No encadeamento entre gênero e raça, Crenshaw (1989), se valeu, dentre precedentes, como o caso “DeGraffenreid e outras x General Motors”, uma ação judicializada por cinco mulheres negras, insurgindo-se em face da política de demissão da montadora, que considerava a lógica “última contratada - primeira despedida”, definida pelo acordo de negociação coletiva. As reclamantes chamavam a atenção para a dupla discriminação, já que decorrente de dois constructos sociais.

Com a demissão em massa ocorrida na década de 70 na empresa General Motors, sendo as mulheres negras as últimas contratadas, estas, sozinhas, suportaram o peso das demissões, o que fundamentava o interesse na demanda. A defesa da General Motors se deu, no sentido de que havia pessoas negras em seus quadros, assim como mulheres, portanto, não teria cometido nenhuma prática racista ou sexista.

O fato é que todas as pessoas negras ainda empregadas, eram homens e todas as mulheres que continuaram empregadas, eram brancas. Apesar disto, o pleito foi negado pela Corte de Apelação no Missouri, o que solidificou o entendimento que vinha sendo delineado pelas feministas negras, no sentido de que, nem sempre injustiças relativas à um subgrupo de mulheres é um problema de mulheres em geral.

Corrente originada dos estudos das teóricas e feministas negras estadunidenses na década de 70 (Crenshaw, 1989; hooks, 1981), a interseccionalidade diz respeito ao exame dos marcadores sociais que desabam sobre os indivíduos, os quais não eram academicamente problematizados, entretanto, há tempos, as mulheres racializadas, frequentemente, estão posicionadas em um espaço onde o racismo ou a xenofobia, a classe e o gênero se encontram.

Antes de surgir o conceito acadêmico de interseccionalidade com a jurista Crenshaw, as assimetrias intragênero eram ignoradas pelo feminismo clássico. Professoras universitárias e feministas negras, como Angela Davis, Audre Lorde e bell hooks, embora não se valessem da expressão interseccionalidade, já discorriam sobre o fato de termos a experiência simultânea das opressões de raça, gênero e classe.

Considerada a percussora da categoria “interseccionalidade”, Crenshaw enfatizou a ideia de sobreposição dos marcadores e se valeu de uma imagem de diversas avenidas, que representam o fluxo de determinada opressão (Crenshaw, 1991). Quando duas ou mais dessas avenidas se cruzam, a mulher necessita enfrentar as opressões dos fluxos que atuam de forma convergente sobre ela.

Collins (2022) percebeu o conceito/categoria interseccionalidade, como uma lente para a observação da influência recíproca entre a análise crítica e a ação social. O termo interseccional não é considerado nesta pesquisa, uma operação de somar identidades ou sobreposições, mas sim, a pluralidade de análise desses marcadores, que são interdependentes e, individualmente, também geram repercussões, impactando os sujeitos (Akotirene, 2019).

A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais (Akotirene, 2019, p. 14).

Assim como nos Estados Unidos, explicitamente, a categoria vem sendo mais problematizada no Brasil, como o encadeamento entre gênero e raça, op-

ção tecida neste estudo sem qualquer pretensão de minimizar discussões acerca de tantas outras opressões (à exemplo da etnia, da idade, da religião, da nacionalidade e da sexualidade), as quais também são, igualmente, pertinentes.

Expressões da Branquitude na Docência Universitária

A identidade racial branca havia sido problematizada por Fanon (1952), que a entendia como fator necessário para que o indivíduo alcançasse a condição humana, o que fazia com o que o negro, quisesse ser branco. O tema já havia sido analisado por Du Bois (1935), que mencionava que os trabalhadores brancos eram recompensados com um salário público e psicológico, pois eram tratados com cordialidade pelos tribunais e, de modo geral, tinham melhores condições de vida.

Historicamente, a identidade branca se consolidou com a presença de pessoas com a pele escura, reconhecidas pela racionalidade europeia, como uma presença desumana, degradante e coisificada. O corpo negro passou à ser o “repertório do execrável” enquanto que a branquitude se constituiu num aspecto ideológico de poder, na qual os brancos tomam sua identidade racial como norma que deve prevalecer sobre os outros grupos considerados inferiores (Schucman, 2012).

Pessoas brancas não se percebem como grupo racial, mas sim como seres humanos. Para Frankenberg (2004), a branquitude é um lugar estrutural de onde o sujeito branco vê os outros e a si mesmo. É uma posição de poder, um lugar confortável do qual se pode atribuir ao outro, aquilo que não se atribui a si mesmo. Branquitude é em suma, o lugar de poder da pessoa branca (Bento, 2022; Muller, Cardoso, 2017; Frankenberg, 2004; Schucman, 2012), numa situação de desigualdade.

Trata-se de uma categoria social que se refere a um lugar de vantagens simbólicas e materiais (Muller, Cardoso, 2017), disponíveis para as pessoas identificadas como brancas, em uma sociedade na qual o racismo é estrutural,

mesmo que a pessoa branca não perceba tais privilégios, não seja racista e desaprove o racismo. Isso porque, a estrutura da sociedade é racista.

Falar em branquitude é falar de normatividade, neutralidade e de ausência de racialização, já que a “raça” pertence aos outros, à exemplo de negros, indígenas e asiáticos. Quanto aos privilégios simbólicos, à identidade racial negra, é atribuída a fealdade, a estupidez e a selvageria. Já a beleza e a inteligência, estas são atributos relacionados à identidade racial branca. Sendo a inteligência um atributo da identidade branca, aos negros, resta um processo de “nenhumação”, que é uma operação que consiste em fazer de “Alguém”, “Nenhum” (Paz, 2006)

McIntosch (1999), no artigo “Privilégio branco: abrindo a mochila invisível”, se valeu da metáfora de uma mochila para demonstrar como a cor da pele pode promover créditos a serem descontados inesgotavelmente. O privilégio simbólico branco retratado por McIntosch, é uma mochila invisível, sem peso algum e sequer percebida pelos indivíduos que a carregam, cheia de provisões especiais, sejam materiais ou simbólicas, como vistos, passaportes, senhas e cheques em branco.

A título de exemplificação, McIntosch elencou como privilégios: crescer vendo a representatividade da sua raça na TV, na formação do país e nos postos de serviço mais atraentes; a certeza de poder fazer compras sem perseguição; a certeza de que o auxílio médico ou jurídico não será negado em razão da cor; e poder ignorar a cultura alheia sem qualquer sentimento de culpa.

Quanto aos privilégios materiais, estes se consolidam desfavoravelmente aos negros, nos índices de analfabetismo, desemprego e rendimento salarial. As mulheres negras, em especial, permanecem em empregos sem perspectivas, mal remuneradas, sobrecarregadas e com pouco espaço para avanço ou mudança de carreira.

A estrutura social é tão sólida, que, conseqüentemente, as conquistas financeiras e profissionais, são percebidas como resultantes exclusivas do pró-

prio esforço, sem levar em consideração os privilégios, há tempos perfectibilizados, retroalimentando a ideia de superioridade. Em termos de distinção, Muller e Cardoso (2017) propõem uma diferença entre branquitude crítica, que desaprova publicamente o racismo e branquitude acrítica, que propaga a superioridade racial branca.

Por todos os ângulos, o corpo branco, academicamente, representa valor. De acordo com Bento (2022), não é apenas por atos discriminatórios que se verifica se uma instituição é racista, mas também pelo número de profissionais e lideranças. A realidade naturalizada e inquestionável da supremacia branca nas organizações públicas e privadas da sociedade brasileira, usufruída pelas novas gerações, caracteriza o pacto narcísico da branquitude (Bento, 2022).

Os brancos foram responsáveis pela ocidentalização compulsória da produção de conhecimento nas ciências das universidades latino-brasileiras (Grosfoguel, 2016). Na crítica de Mbembe (2014, p. 84), o “branco é a vários respeitos, uma fantasia da imaginação europeia que o Ocidente se esforçou por naturalizar e universalizar.” A despreocupação moral quanto à estas constatações no ensino superior, aqui entendida como ausência de compromisso e distanciamento psicológico (Bento, 2022), é evidenciada.

A Lei nº 12.990 de junho de 2014, reserva 20% de cotas para o ingresso de pessoas negras na carreira pública federal, se o número de vagas oferecidas for igual ou superior a 3. As universidades, por sua vez, estão obrigadas à reservarem vagas para professores negros. O tempo de vigência da lei é de 10 anos.

Apesar de estar findando o lapso temporal de vigência e do volume de dados exibidos pelo Censo do Ensino Superior realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, a variável “cor/raça”, não compõe o perfil de docentes no relatório formal apresentado. A informação somente pode ser acessada a partir do acesso aos microdados do INEP.

Nesta coleta empreendida pelo INEP, não consta a unificação dos marcadores de gênero e de raça, portanto, não existem indicadores específicos sobre as docentes negras, que ao existirem e resistirem - isto é reexistirem - transgridem o status quo acadêmico, orquestrando desprendimentos e insurgências epistemológicas, de uma lógica majoritariamente eurocêntrica e branca. Sobre a concomitância, de gênero e raça, mais precisamente, sobre as docentes negras no ensino superior brasileiro, há um “não-dito”.

A problematização das assimetrias intragênero relacionadas à atuação profissional das mulheres negras no ensino superior carece de indicadores estatísticos e de visibilidade, entretanto, é preciso contestar o não-lugar epistêmico das professoras negras e a suposta neutralidade da academia, onde o branco é a normatividade e as vozes dissidentes são neutralizadas.

Professoras Universitárias Negras: o romper de paradigmas

A versão socialmente legitimada da individualidade que se espera que as pessoas apresentem em público, e assim, bastante ligada à uma identidade coletivamente atribuída (Munanga, 2012), isto é, aos estereótipos, é alcunhada por Goffman (1978), como “identidade social virtual”, da qual, quando as disparidades se tornam insustentáveis resultam em estigmas, aqui compreendidos como exclusão ou marginalização.

A identidade coletivamente atribuída ao negro é uma alteridade forjada, já que o objetivo colonial foi desumanizá-lo. Goffman (1978) identifica três tipos de estigmas: as deformidades do corpo, as falhas de caráter e o estigma tribal, que está relacionado à marginalização social com base em nacionalidade, raça e religião. Os estigmas fazem com que não se reconheça a presença do outro e o outro não se sinta reconhecido, perpetuando a invisibilização.

Fanon (1952), chamou o processo de internalização na constituição do sujeito negro, de “esquema epidérmico-racial”, enquanto que Morrison (2019), denominou de “outremização”, a criação do outro no bojo de uma relação de

poder e opressão que leva a desumanização. Os estigmas, o esquema epidérmico-racial e a outremização, estão bastante vinculados ao passado, quando um mercado de trabalho marcado pela exploração forçada, era uma realidade das mulheres negras e a inserção das mulheres brancas num mercado de trabalho “regular”, foi possível com a continuidade da exploração do trabalho doméstico da mulher negra.

Como a inteligência é considerada um atributo da branquitude, isso se reflete na pré-disposição da academia em invisibilizar o pensamento das intelectuais negras. A sub-representação de professoras universitárias negras, para além de reflexos da desigualdade social, também são reflexos dessa descrença na capacidade intelectual dos seres humanos negros, reforçando estereótipos racistas.

O modelo valorizado e universal de ciência é branco (Akotirene, 2019; Gonzalez, 2020; Quijano, 2009), as maiores instituições públicas e privadas são ocupadas por pessoas brancas, logo há um status em ser uma pessoa branca. Os sistemas educacionais latino-americanos e caribenhos ainda estão marcados pela colonialidade do poder e do saber, por meio da reprodução de um modelo de modernidade eurocêntrica e do desprezo pelos saberes periféricos e cotidianos (Quijano, 2009).

Collins (2016) discorreu sobre experiências comuns à coletividade de mulheres negras tanto na esfera econômica, como na esfera acadêmica, local em que suas ideias e iniciativas estão marcadas pela dialética entre opressão e pelo ativismo, não podendo a experiência, no sentido de vivência, ser uma categoria ignorada.

Kilomba (2019) caracterizou a universidade como um local de violência, no qual o privilégio da fala é negado para as pessoas negras. A literatura das mulheres negras transborda sofrimento (Lorde, 1980); um sofrimento causado pela violência. hooks, nomeia de “paixão da experiência”, o conhecimento particular que vem do sofrimento.

A formação da identidade negra é um processo, geralmente, constituído pelo sofrimento. Pode envolver a negação ou o ódio contra o próprio corpo e a tentativa, inclusive, física, de embranquecimento (Fanon, 1952; Souza, 2021), que alimenta a indústria do clareamento, por meio de sinais que remontem ao corpo branco europeu, à exemplo de intervenções cirúrgicas para afinar o nariz e os lábios e do uso de cremes para alisamento dos cabelos e para o clareamento da pele.

A identidade negra é um processo construído historicamente em uma sociedade que padece do mito da democracia racial:

[...] o processo de construção da identidade negra é muito mais complexo, instável e plural. Apesar das marcas negativas deixadas pelas experiências de discriminação, o negro se reconstrói positivamente. É claro que esse processo não se dá no isolamento e varia de pessoa para pessoa. Existem diferentes espaços e agentes que interferem no processo de rejeição/aceitação/ ressignificação do ser negro (Gomes, 2003, p. 178).

Beauvoir na icônica frase “não se nasce mulher, torna-se mulher”, descortina o processo de construção social da palavra “mulher”. A psiquiatra e psicanalista negra, Neusa Santos Souza, que cometeu suicídio no ano de 2008, na obra “tornar-se negro”, denunciou a precariedade de estudos a respeito da vida emocional dos negros no Brasil e discorreu sobre o custo emocional do massacre da identidade histórico-existencial negra.

Enquanto não superar a modernidade e os significados do ser negro, a mulher negra, que não é homem, tampouco branca e que sofre com a materialização do não-pertencimento, com suas formas particulares de experienciar a realidade é “o Outro do Outro” (Kilomba, 2019), a “ladinoameficana” (Gonzalez, 2020), a “outsider within” (Collins, 2016), enfim, uma mulher inapropriada, ocupando não-lugares sociais.

As identidades raciais e de gênero são duplos estigmas de inferioridade, numa lógica em que as mulheres negras estão fora da norma. O lugar destinado à mulher negra é o da subalternidade. Outrora cobaia de testes e experimentos

científicos, um corpo-propriedade não pertencente a si, no contexto presente, a cor da pele, a textura dos cabelos, o formato do nariz, são considerados socialmente como estigmas, já que são atributos que inferiorizam.

As mulheres negras necessitam encontrar formas de superarem a baixo-estima e lidarem com o racismo genderizado. Kilomba (2019), intitula de “racismo genderizado”, a opressão sofrida por mulheres negras haja vista estar estruturada por percepções racistas de papéis de gênero. O racismo genderizado é a interconexão simultânea entre o racismo e o sexismo.

Academicamente, pode significar lidar com o sofrimento, a solidão e com um sentimento de inadequação e de não-pertencimento. Teixeira e Cruz (2020), por meio de artigo com narrativa autobiográfica, desabafaram sobre a dor advinda do impacto do racismo e a influência das discussões para além dos limites da universidade e das escolas, na construção identitária negra.

Afirmar-se como mulher, negra e professora universitária é um ato de “reexistência”. De acordo com Collins (2016) é um ato de resistência negra e feminina. Inevitavelmente, as professoras universitárias negras associam o conhecimento às suas lutas e, por si mesmas, falam sobre suas experiências, histórias e resistências.

O magistério superior é a possibilidade de mobilização política quanto ao entorno e a possibilidade de defesa por meio da expressão da negritude. A negritude é uma reação racial negra contra uma agressão racial branca, uma legítima defesa. É um movimento ideológico-político para a libertação dos negros do sistema colonial e do racismo contra ele na sua diáspora (Munanga, 2012). Envolve um sentimento de autovalorização.

Considerações Finais

A educação reclama engajamento em favor da superação das injustiças sociais. Tanto o racismo como o sexismo epistêmico, duas manifestações claras de injustiças sociais, estão incluídos nos problemas mais relevantes dos tempos

atuais (Grosfoguel, 2016), diante das consequências nefastas do monopólio do conhecimento por parte dos homens ocidentais brancos. Se a universidade legitima práticas hegemônicas, acaba esvaziando o potencial emancipatório das teorias feministas negras.

A pesquisa se debruçou para reflexões relacionadas ao impacto dos marcadores sociais (gênero e raça), na vida das professoras universitárias negras, que seguem eclipsadas na docência universitária, caracterizada pela branquitude. O exercício reflexivo sobre a trajetória de formação identitária negra na perspectiva da interseccionalidade, permite entender o ato político de “tornar-se negra” e a necessidade de serem tecidas novas possibilidades pedagógicas.

Realisticamente, as representações negativas do corpo desencadeiam em deturpação das identidades e assim, na prática, a identidade, tem sido considerada como decorrente das “evidências corporais” dos sujeitos (sexo, cor, cabelo, idade, sexualidade...). Como a branquitude é responsável por atribuir identidade racial aos outros sem se identificar como raça, quando se fala sobre pessoas negras, fala-se de identidades apagadas e invisíveis.

Nos percursos formativos das docentes negras, está presente o impacto dos privilégios da branquitude, a naturalização das opressões e a interconexão da lógica do racismo e da exclusão que interferem na atuação das mulheres no processo de produção e disseminação do conhecimento. Romper tais barreiras significa lidar com autodefinição e reexistência. A interseccionalidade é um exemplo da potência das mulheres negras na docência e no combate à ocupação de um espaço universitário marginal.

A discussão teórica em tela é um pontapé inicial para a análise da docência universitária sob a perspectiva decolonial. Afinal, são “novos” ou “outros” os educandos, à exemplo de coletivos de raça, gênero, quilombolas e camponeses, que criticam os modelos educacionais hegemônicos (Arroyo, 2014) e lutam por uma educação antirracista, feminista e decolonial.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** São Paulo: Póeln, 2019.

ARROYO, Miguel. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 1. Fatos e mitos. 2ª ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. **Lei n. 12.990 de 9 de junho de 2014**. Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do 'sexo'*. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CRENSHAW, Kimberlé. *Desmarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics*. In: **University Of Chicago Legal Forum**, v. 1989, article 8 [online], pp. 139-167.

CRENSHAW, Kimberlé. *Mapping the margins: intersectionality, identity politics and violence against women of color*. *Stanford Law Review*, 43 (6): 1241-1299, julho de 1991; também in: FINEMAN, Martha Albertson & MYKITIUK, Roxanne (orgs.). **The public nature of private violence**. New York, Routledge, pp. 93-118.

COLLINS, Patricia Hill. *Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro*. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, Volume 31. n. 1, p. 99-127. Janeiro/abril 2016.

COLLINS, Patricia Hill. **Bem mais que ideias**: a interseccionalidade como teoria social crítica. Tradução de Bruna Barros e Jess Oliveira. São Paulo: Boitempo, 2022.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELFINI, Ana Claudia. **Nas tramas dos sentidos de gênero e trabalho docente**. Curitiba: CRV, 2022.

DU BOIS, W. E. B. **Black Reconstruction in the United States**. New York: Russell & Russell. 1935.

FANON, Frantz Omar. **Peau noire, masques blancs**. Paris: Éditions du Seuil, 1952.

FRANKENBERG, Ruth. A miragem de uma branquidade não-marcada. *In*: WARE, Vron (Org.). **Branquidade**: identidade branca e multiculturalismo. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 307-338.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, 2003, n. 1, pp. 167-182.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano**: Ensaios, Intervenções e Diálogos. Rio Janeiro: Zahar, 2020.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, [S. l.], v. 31, n. 1, p. 25–49, 2016.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro, 11. ed. -Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARDING, Sandra. The Instability of the Analytical Categories of Feminist Theory. **Signs**, Journal of Women in Culture and Society, vol. 11, n° 4, 1986, p. 645-664.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. 2. Ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo de educação superior 2021**. Brasília: 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 16 abr. 2023.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LORDE, Audre. **Irmã outsider**. Tradução de Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**. Florianópolis. Set/Dez.2014.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Tradução de Marta Lança. Portugal: Antígona, 2014.

MCINTOSH, Peggy. White privilege: unpacking the invisible knapsack. In: LEE, E.; MENKART, D.; OKAZAWA-REY, M. (Eds.). **Beyond heroes and holidays: a practical guide to K-12 anti-racist, multicultural education and staff development**. Washington, DC: Network of Educators on the Americas, 1999.

MORRISON, Toni. **A origem dos outros: seis ensaios sobre racismo e literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MULLER, Tânia Mara Pedroso; CARDOSO, Lourenço. Apresentação In: **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil**. Curitiba: Appris, 2017.

MUNANGA, Kabengele. Negritude e identidade negra ou afrodescendente: um racismo ou avesso? **Revista da ABPN**, vol. 4, n. 8, 2012.

PAZ, Octavio. **O labirinto da solidão e post scriptum**. 4 ed. Tradução de Eliane Zagury. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa Santos; MENESES, Maria Paula Meneses (Org). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina S/A, p. 73-117, jan. 2009.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”**: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Vol. 20, n. 2, 1995.

SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart. WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

CAPÍTULO 4

O ATENDIMENTO DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA: EM CENA OS CREAS DE MATO GROSSO

Júnior César Gomes Guimarães

Adriana Edna Duarte Soares Leite

Daniele da Cruz Talon Pacheco

Isabel Cristina Monteiro

Jennifer Josiane Nesnik Jeronymo

Doi: 10.48209/978-65-5417-273-3

Resumo: O presente artigo tem como objetivo apresentar ao/a leitor/a discussão referente ao exercício profissional da/o Assistente Social com mulheres em situação de violência no Estado de Mato Grosso. Destaca-se que a atenção a esse público específico é executada por equipe técnica multiprofissional do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), tendo sido realizada análise crítica do Registro Mensal de Atendimentos (RMA) de 2018, 2019 e 2020, ferramenta utilizada para registro dos acolhimentos realizados com o público-alvo da Proteção Social Especial de média complexidade.

Palavras-chaves: Serviço Social, Mulheres, Política Social.

Abstract: This article aims to present to the reader a discussion regarding the professional practice of the Social Worker with women in situations of violence in the State of Mato Grosso. It is noteworthy that attention to this specific public is carried out by a multidisciplinary technical team from the Specialized Reference Center for Social Assistance (CREAS), a critical analysis was carried out of the Monthly Attendance

Record (RMA) of 2018, 2019 and 2020, a tool used to registration of receptions carried out with the target audience of medium-complexity Special Social Protection.

Keywords: Social Work, Women, Social Policy.

Introdução

O atual momento político brasileiro, que compreende o período de 2019 a 2022, apresenta dados estatísticos com altos índices de violação de direitos, com destaque para a violência de gênero que atinge grande parcela da população feminina, sem distinção de idade ou classe social. Segundo dados do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, no primeiro semestre de 2022, a central de atendimento registrou 31.398 denúncias e 169.676 violações envolvendo a violência doméstica contra as mulheres. Importante ressaltar que os registros de violência são frequentes, principalmente, no espaço que circunda o ambiente familiar. A violência contra a mulher se trata de crime grave, com punição prevista na Lei Maria da Penha¹, entretanto, continua-se a observar o contínuo crescimento dos índices de violência contra a mulher no Brasil.

O fenômeno da violência de gênero não é uma realidade apenas brasileira, mas mundial com consequências físicas, psicológicas e patrimoniais. A mulher em situação de violência deve receber atenção em equipamentos sociais adequados, com equipe multiprofissional capacitada para acolher, fazer a escuta qualificada e realizar encaminhamentos necessários. Para tanto, são necessários investimentos que fortaleçam a rede de atenção à mulher em situação de violência. Nesse sentido, a figura do poder público, é de grande relevância já

¹ A Lei Maria da Penha foi sancionada em 7 de agosto de 2006 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Com 46 artigos distribuídos em sete títulos, essa lei cria mecanismos para prevenir e coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher em conformidade com a Constituição Federal (art. 226, § 8º) e os tratados internacionais ratificados pelo Estado brasileiro (Convenção de Belém do Pará, Pacto de San José da Costa Rica, Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem e Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher).

que é responsável pela manutenção/criação de políticas públicas², articuladas em rede de enfrentamento à violência, possibilitando a diminuição dos altos índices de violência.

Vale lembrar que o fenômeno da violência contra a mulher, especialmente, aquela que se consolida no âmbito das relações intrafamiliares, deve ser analisada em uma perspectiva ampla, a fim de desvendar os fatores que dificultam o seu enfrentamento. Este desafio se apresenta no trabalho social realizado pelos profissionais dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), em articulação com a rede de proteção à mulher.

Para a realização deste estudo foi adotada a metodologia de pesquisa bibliográfica e análise documental, por meio de dados fornecidos pelo Registro Mensal de Atendimento³(RMA), disponível na plataforma da Vigilância de Assistência Social do Estado de Mato Grosso, cujas informações têm como fonte as equipes técnicas que atuam nos CREAS. Embora o artigo esteja separado por tópicos, esses se intercalam, facilitando a compreensão da importância de políticas públicas² no enfrentamento à violência contra a mulher e da importância do Assistente Social na equipe, durante o processo de acolhimento da vítima.

O artigo se encontra estruturado em três tópicos: o primeiro aborda o Lócus do atendimento de mulheres vítimas de violência no CREAS, contextualizando a importância da aprovação da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e da atuação do governo de Bolsonaro (PL), ao adotar medidas que contribuíram para desaparelhar os equipamentos sociais do Sistema Único

2 Políticas públicas são um conjunto de processos (ações, programas, medidas e iniciativas) criados pelos governos, sejam esses nacionais, estaduais ou municipais, com a participação de entes públicos ou privados para assegurar determinado direito da população.

3 É um sistema no qual são registradas, mensalmente, as informações relativas aos serviços ofertados e o volume de atendimentos nos CREAS e Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). O RMA é fundamental para embasar o trabalho social desenvolvido com os usuários e suas famílias.

de Assistência Social (SUAS). O segundo traz análise da crítica acerca da violência contra a mulher, a partir de ferramentas específicas do CREAS – RMA, fazendo reflexão acerca da importância dessa ferramenta, que embora apresente inconsistências nas informações do público-alvo, continua sendo um instrumento que auxilia na reflexão acerca da criação de serviços ou implementação dos existentes. O terceiro coloca em evidência o exercício profissional do/a Assistente Social, junto a mulheres vítimas de violência atendidas no CREAS. Esse tópico procura analisar o desafio do Assistente Social ao atuar no espaço do CREAS, mediante a ineficiência do Estado que tem negligenciado a questão social e suas refrações. Além de não favorecer investimentos nas políticas públicas existentes, que acabam por contribuir para o desaparecimento dos equipamentos sociais. A falta de investimentos, impossibilitando a ampliação dos atendimentos, favorece o aumento da demanda reprimida. Por último, as considerações finais nas quais se busca refletir com relação às mudanças necessárias no atual cenário político, responsável pela manutenção das desigualdades sociais, desencadeamento de violência urbana/rural, além da manutenção das estruturas autoritárias, presentes no governo Bolsonaro.

Metodologia

A metodologia proposta para desenvolvimento do estudo acerca deste objeto que se trata da profissional da/o Assistente Social, frente à violência contra a mulher, foi a pesquisa bibliográfica. A partir do estudo exploratório se recorre a material como publicações de livros, revistas, artigos, seminários, trabalhos acadêmicos, dados estatísticos do IBGE, RMA, entre outros materiais oficiais, existentes que auxiliassem no desenvolvimento do tema proposto.

Lócus do Atendimento e Acompanhamento de Mulheres Vítimas de Violência Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)

A discussão referente à Proteção Social sempre será um debate necessário, principalmente, quando direcionado para a discussão da política social no Brasil do presente em que o Estado, representado por Bolsonaro (PL), segundo Armando Boito Junior (2020, p. 358) “governa para o capital internacional e para a burguesia associada”. Essa reflexão do sociólogo leva a questionar que não há preocupação em governar com o intuito de minimizar as desigualdades sociais, através de investimentos em políticas públicas.

Destarte, se faz necessário, breve relato histórico da evolução da política social no Brasil, contextualizando a importância da aprovação da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, por meio da resolução nº 109, de 11/11/2009 por níveis de complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) como a Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, ao qual o CREAS está inserido.

Evidencia-se, na história do Brasil, desde o período de sua colonização até a promulgação da independência (1500 a 1822), que a questão social nunca esteve no rol das grandes discussões, pois se observa que ao longo da história do Brasil não houve nenhum movimento de construção da democracia. Somente com o fim da ditadura militar (com início no ano de 1964 e queda em 1985) é possível verificar que o Brasil passou por processo de abertura política, após vinte anos sob o regime de ditadura militar, período este de forte censura e opressão aos direitos democráticos (Carvalho, 2008).

Com a promulgação da Constituição em 1988, também conhecida como Constituição cidadã, foi possível abordar discussões que reforçassem os direitos sociais. Todavia, mesmo com a promulgação da Carta Magna de 1988, foram necessárias lutas de movimentos sociais ao longo da história com objetivo de minimizar desigualdades sociais, advinda de uma herança cultural escravocra-

ta, que deixou uma população analfabeta e sem acesso a direitos sociais como educação, saúde, saneamento básico, moradia, emprego, entre outros direitos sociais. Para Carvalho (2008, p. 11): “A ausência de uma população educada tem sido sempre um dos principais obstáculos à construção da cidadania civil e política”.

A Política de Assistência Social, no Brasil do presente, estabelecida como uma política pública com garantias descritas na Constituição federal, não se apresentou como uma tarefa simples, mas sim resultado de lutas, participação social e resistências, que culminou com a homologação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004), rompendo com a implosão de direitos alimentados pelo ideário neoliberal, afirmando por sua vez os direitos sociais dos usuários da assistência social (Yasbeck, 2010).

A assistência social se trata de política pública de proteção social, operada por um sistema único federativo, o SUAS, que foi implantado e implementado em todo o território nacional. Como a saúde, sua condição de política de proteção social é distinta da forma de seguro social. Organizada em dois níveis de proteção, a básica e a especial, desenvolve sua ação por meio de serviços e benefícios para o acesso de pessoas e famílias demandantes de proteção social, pela presença de violência, por desastres ambientais, pela presença de discriminação, pela defesa da sobrevivência e de direitos humanos violados (Sposati, 2013).

Com a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB SUAS/2005), foi possível organizar novo modelo de gestão, bem como ofertar programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais. Foi a partir da NOB/SUAS de 2005 que foram reconhecidas as diferenças e porte dos entes federativos, que regulamentam o já estabelecido na PNAS e o funcionamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), pautada na realização de uma releitura e complementação de outras normas. Com isso, o novo modelo estabelece, além de outras questões importantes, a oferta da Proteção Social Básica

e da Proteção Social Especial, buscando aprimorar o atendimento de contingências sociais de famílias e indivíduos (Norma Operacional Básica – NOB/SUAS, 2005).

A saber, o SUAS conta com uma rede que protege cidadãos em situação de pobreza, extrema pobreza e violação de direito no Brasil e suas ações estão divididas em dois níveis de proteção social: a básica e especial; ambas atendem indivíduos ou famílias inteiras, dependendo da situação. Do mesmo modo que os postos de saúde realizam ações preventivas como a vacinação, o SUAS possui unidades específicas para o atendimento à população que vivencia a pobreza e não teve vínculo rompido. Essa “ação preventiva” é feita em praticamente todos os municípios brasileiros pelas equipes que atuam na proteção social básica do SUAS, sobretudo, nos Centros de Referência de Assistência Social⁴(CRAS). Exemplificando, o CRAS, que presta atenção não só para famílias em situação de extrema pobreza, recebendo informações, acerca do Programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), como também aos idosos que têm a opção de participarem de atividades coletivas, visando diminuir o isolamento social.

Tendo em consideração que a Proteção Social no SUAS é hierarquizada, em Básica e Especial, serviços destinados ao atendimento especializado para superação das violações vivenciadas e serviços de alta complexidade, que estão voltadas para pessoas que demandam proteção integral em unidades de acolhimento. Importante ressaltar que essas unidades disponibilizam espaços para dormir, fazer refeições e higiene pessoal. Para o atendimento à população, que vivencia situações graves de violação de direitos, como violência sexual, trabalho infantil, negligência e abandono, o SUAS conta com o equipamento do Centro de Referência Especializado de Assistência (CREAS), unidades que

⁴ Oferta o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). No CRAS, os cidadãos também são orientados sobre os benefícios assistenciais e podem ser inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

podem ter, em seu quadro, uma equipe multidisciplinar, como assistente social, psicólogo e advogado (Brasil, 2020).

Basilarmente, os serviços ofertados nos CREAS implicam o âmbito da proteção social especial especializado de média complexidade e continuado, além destes serviços, essas unidades têm o papel de coordenar e fortalecer a articulação dos serviços com a rede da assistência social e demais políticas públicas (CREAS, 2011).

Em vistas destas concepções de serviços prestados no equipamento, a mulher vítima de violência seja essa física, verbal ou psicológica se encaixa no público-alvo desse serviço, uma vez que teve seus direitos violados, podendo, inclusive, perder em decorrência de tal violência sua vida, caso não tenha a possibilidade de ser atendida de forma adequada, priorizando o seu acolhimento e a escuta qualificada.

Segundo Melo, do Núcleo de Educação em Saúde Coletiva da UFMG, (2016, p. 16):

A violência contra a mulher em toda a suas formas – psicológica, física, moral, patrimonial, sexual, tráfico de mulheres – é um fenômeno que atinge mulheres de diferentes classes sociais, origens, religiões, estado civil, escolaridade ou raça. Faz-se necessário, portanto, que sejam implementadas políticas acessíveis a todas, que englobem as diferentes modalidades pelas quais a violência se expressa e seja mais cruel ou persistente.

Evidencia-se que as políticas públicas de governo para o enfrentamento da violência contra a mulher, assim como acordos internacionais só se materializaram mediante luta dos movimentos sociais organizados, que buscaram realizar, em diversos períodos da história brasileira, ações como conferências e convenções, nas quais as temáticas estavam voltadas para questões femininas (Melo et. al, p. 51).

De acordo com o art. 5º da legislação brasileira, pela Lei nº 11.340 de 07/08/2006, por intermédio da Lei Maria da Penha, sancionada em 07/08/2006 pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, passou a caracterizar violência

doméstica e familiar contra a mulher a omissão ou ações que motivem a sua morte, lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico, dano moral ou patrimonial, apoiados simplesmente no gênero (Brasil, 2006).

De acordo com o Censo SUAS de 2021, atualmente, existem 2.750 unidades do CREAS distribuídos no Brasil, no Estado de Mato Grosso são 45 unidades, sendo que na capital, em Cuiabá-MT, conta-se com dois equipamentos, distribuídos no território de abrangência da região Norte e Centro da capital. Importante registrar que os serviços prestados pelas equipes dos CREAS é um importante aliado na garantia de direitos para mulheres vítimas de violência e a sua expansão do serviço, bem como ampliação dos serviços contribuem com a efetivação de direitos assegurados nas legislações vigentes e a implementação de Planos Nacionais e Acordos Internacionais dos quais o país é signatário.

Convém lembrar que a Lei nº 11.340, de agosto de 2006, é um importante mecanismo no enfrentamento à violência contra a mulher, tendo em vista que cria expediente com a finalidade de coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, buscando obter um resultado positivo no enfrentamento a essas violências contra o sexo feminino (Brasil, 2006).

Diagnóstico da Violência contra a Mulher a Partir de Ferramenta Específica do Creas - RMA

No que se refere ao atendimento de mulheres em situação de violência, evidencia-se que não se trata de um fenômeno recente, mas com raízes fincadas desde os primórdios da humanidade, culturas antigas se erguiam sobre os domínios patriarcais que relegam para a mulher uma posição de inferioridade e submissão.

Apesar do movimento feminista e de mulheres denunciarem, publicamente, desde a década de 1970, a problemática da violência contra a mulher, esse assunto ganhou respaldo e se deflagrou como uma demanda para o Estado há pouco mais de quarenta anos. Sendo um assunto pouco discutido e, por

algum tempo, silenciado dos estudos historiográficos, mas que ganhou espaço com o advento da História do Tempo Presente.

Afirma a socióloga brasileira Blay (2003, p. 87):

Agredir, matar, estuprar uma mulher ou uma menina são fatos que têm acontecido ao longo da história em praticamente todos os países ditos civilizados e dotados dos mais diferentes regimes econômicos e políticos. A magnitude da agressão, porém, varia. É mais frequente em países de uma prevalecente cultura masculina, e menor em culturas que buscam soluções igualitárias para as diferenças de gênero.

Nesse sentido, a cultura da violência, por si só pode ser considerada um desafio para combater a violência de gênero, pois em função de sua continuidade e, principalmente, a naturalidade que este fato tem encarado no seio da sociedade, e ressalta neste momento atual ascensão do neoconservadorismo e machismo, considerando que a mulher necessita exercer o papel de submissa, devendo obediência ao seu companheiro.

Ainda que, na grande maioria, essa violência ocorra nas famílias de cariz patriarcal, no qual a figura masculina representa o poder absoluto na estrutura hierárquica de poder das relações sociais. A figura de patriarca, no núcleo familiar, hierarquicamente, lhe confere o poder hegemônico em detrimento de sua masculinidade, fazendo com que o gênero masculino se sinta à vontade para impor suas vontades e oprimir a figura feminina (Cruz, 2019, p. 221, *apud*. Almeida, 1996).

Importante frisar que a violência de gênero ocorre, com mais frequência, no ambiente doméstico, sendo praticada, quase sempre, por homens do mesmo núcleo familiar. Protegidos pelos laços afetivos, eles podem levar ao extremo as relações de dominação originadas na cultura patriarcal⁵, centrada na ideia de sujeição das mulheres ao exercício do poder masculino.

Portanto, a realização de reflexão referente à violência contra a mulher,

⁵ Em uma cultura patriarcal, o homem assume a responsabilidade e a autoridade política, moral e religiosa sobre as mulheres e os filhos confiados a sua proteção. Além de proporcionar poder aos homens de se colocarem acima das mulheres e decidirem sobre suas posições também.

a partir de dados oriundos de ferramentas específicas do CREAS, se faz necessária, para que o leitor possa ter aproximação dos atendimentos realizados no equipamento. No entanto, antes disso, é necessário discorrer sobre algumas definições técnicas da Política do SUAS, para uma análise mais efetiva do diagnóstico a percorrer, que serão elencados a seguir:

O Registro Mensal de Atendimentos (RMA) é um sistema onde são registradas informações sobre o volume de atendimentos e quais as famílias atendidas nos CREAS, nos CRAS e, agora, nos Centro POP - Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua. O registro das informações referentes aos serviços realizados nestas unidades tem como objetivo uniformizar essas informações em âmbito nacional e, dessa forma, proporcionar dados qualificados que contribuam para o desenvolvimento do SUAS. Na medida em que tais informações são registradas mensalmente pelas unidades, é possível mapear tanto a oferta de determinados serviços, quanto o volume de atendimento (Brasil, 2018, p. 3).

Observa-se que tal registro é de responsabilidade dos trabalhadores do SUAS inseridos nos equipamentos socioassistenciais em destaque o CREAS, após atendimentos a indivíduos ou famílias em situação de violência, encaminhados por outras instituições ou através de demanda espontânea, em que a própria pessoa vítima de violência busca atendimento técnico. Frisando que são contabilizados, nos RMA/CREAS, apenas os casos de acompanhamentos, ou seja, quando acontecem atendimentos e intervenções continuadas pela equipe técnica de referência. Para tanto, a partir dessa definição se constata que os dados dos RMA/CREAS 2018, 2019 e 2020, referentes às mulheres em situação de violência, muitas vezes divergem de outros dados fornecidos por outras entidades que também atendem a essa demanda, entretanto, utilizam abordagens e conceitos diferentes para alimentação de informações em sistemas próprios.

Para fins de registro, o RMA/CREAS utiliza a descrição: “F. Mulheres adultas vítimas de violência intrafamiliar que ingressaram no serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), durante o mês de referência; F.1. Mulheres adultas (18 a 59 anos) vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual)”.

Ainda, que segundo o Manual de Preenchimento do RMA/CREAS (2018):

A violência intrafamiliar é toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família. Pode ser cometida dentro ou fora de casa por algum membro da família, incluindo pessoas que passam a assumir função parental, ainda que sem laços de consanguinidade, e em relação de poder à outra. Não se restringe ao espaço físico onde a violência ocorre (MS, 2002). A violência doméstica, por sua vez, se distingue da violência intrafamiliar por incluir outros membros do grupo, sem função parental, que convivam no espaço doméstico. Incluem-se aí empregados (as), pessoas que convivem esporadicamente ou agregados (MS,2002). (Brasil, 2018, p. 20).

A conceituação apresentada pela normativa do SUAS se assemelha com a preconizada na Lei Maria da Penha (Brasil, 2006), na definição de violência doméstica, mas se diferencia ao enquadrar uma faixa etária, 18 a 59 anos, não contabilizando outras pessoas que também sofrem violência doméstica, como crianças, adolescentes e mulheres idosas. Ressaltando que na ferramenta em tela há tópicos oportunos para contabilizar violências sofridas por esses últimos públicos citados.

Consequente, analisando os dados obtidos no RMA/CREAS, ano de 2018, foram 707 novos casos de mulheres em situação de violência, frisando que naquele momento se contava no estado de MT com 35 CREAS espalhados nos 141 municípios, ou seja, os números de acompanhamentos poderiam ser maiores, caso houvesse mais equipamentos nos territórios.

Ainda que seja pactuado que na ausência de CREAS, o acompanhamento aconteça nos CRAS ou pela equipe técnica inserida no órgão gestor, sabe-se que os municípios, que possuem CREAS, garantem para as vítimas um atendimento/acompanhamento mais especializado e efetivo. Já no ano de 2019, foram contabilizados, no RMA/CREAS, 864 novos casos de acompanhamentos nos Centros de Referência Especializados, tal aumento tem duas possibilidades, a primeira ocorre pela ampliação de CREAS nos municípios mato-grossenses,

ou ainda, as divulgações de canais de denúncias, principalmente, nas redes sociais, garantindo para as vítimas mais possibilidades de buscarem socorro e atendimento. Por fim, no ano de 2020, nota-se uma diminuição dos acompanhamentos de mulheres em situação de violência nos CREAS mato-grossenses, em que foram contabilizados 643 novos casos durante todo o ano, através do RMA/CREAS. Tais resultados deixam em alerta, visto que neste ano foi diagnosticado um número maior de CREAS no estado, 45 no total.

Importante destacar que, no final de 2019, houve início de uma crise pandêmica, causada pelo o novo coronavírus (SARS-CoV-2), diversos protocolos de segurança definidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS) foram adotados, entre esses o isolamento social, quarentena, revezamentos ou trabalho remoto de trabalhadores nas empresas privadas e, principalmente, nos órgãos públicos, objetivando diminuir a disseminação da Covid 19. Com isso, muitas mulheres que já sofriam algum tipo de violência doméstica passaram a conviver mais tempo com seus agressores e, em contrapartida, diminuíram o acesso aos serviços destinados ao seu acolhimento e proteção.

Paralelo aos dados apresentados pelos RMA/CREAS dos municípios de MT nos referidos anos, contrariando as estatísticas dos SUAS, a Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESP) afirma um aumento expressivo de casos de feminicídios⁶ no estado de Mato Grosso (2021):

Os casos de feminicídios em Mato Grosso aumentaram 59% em 2020, em relação a 2019. Foram registrados 62 crimes de homicídios com esta qualificadora entre janeiro e dezembro do ano passado, contra 39 no mesmo período do ano anterior. Já em 2018 houveram 42 casos. Os dados são da Superintendência do Observatório da SESP (Mato Grosso, 2021, s/p).

Contudo, mesmo de forma tímida e com poucas informações detalhadas dessas mulheres em situação de violência, o RMA/CREAS ainda possibilita re-

⁶ O feminicídio é o homicídio praticado contra a mulher em decorrência do fato de ela ser mulher (misoginia e menosprezo pela condição feminina ou discriminação de gênero, fatores que também podem envolver violência sexual) ou em decorrência de violência doméstica. A lei nº 13.104/15, mais conhecida como Lei do Feminicídio, alterou o Código Penal brasileiro, incluindo como qualificador do crime de homicídio o feminicídio.

fletir sobre a necessidade de mais serviços de atendimentos às mulheres vítimas de violência, na expectativa de diminuir os tristes dados ainda crescentes na sociedade. Sendo que a falta desses serviços resulta na morte de mulheres, que na maioria das vezes não tiveram acesso aos serviços especializados ofertados no CREAS.

O Exercício Profissional do/a Assistente Social com Mulheres Vítimas de Violência Atendidas no Creas

Os desafios aos profissionais, que atuam nos espaços de defesa dos direitos às mulheres vítimas de violência, apresentam diariamente demandas diversas e possuem autonomia relativa. Logo, diante da complexidade do trabalho social realizado pelos CREAS se faz, obrigatoriamente, ter na composição da equipe técnica, profissional de Direito, Psicologia e Serviço Social, segundo preconiza a NOB SUAS/RH 2005. É preciso destacar o/a Assistente Social, que atua no CREAS, e tem como objeto de trabalho as expressões da Questão Social:

O espaço sócio ocupacional de qualquer profissão, neste caso do Serviço Social, é criado pela existência de tais necessidades sociais e que historicamente a profissão adquire este espaço quando o Estado passa a interferir sistematicamente nas refrações da questão social (Guerra, 2000, p.18).

E ao reconhecer a questão social como objeto de intervenção profissional, com a intervenção orientada por uma perspectiva crítica, conforme é descrito pelo CFESS (2011, p. 19):

(...) o perfil do/a assistente social para atuar na política de Assistência Social deve afastar-se das abordagens tradicionais funcionalistas e pragmáticas, que reforçam as práticas conservadoras que tratam as situações sociais como problemas pessoais que devem ser resolvidos individualmente.

Portanto, o/a Assistente Social vende a sua força de trabalho por salário, atuando diretamente, com autonomia relativa, nas múltiplas expressões da Questão Social, requisitado para intervir nas demandas da classe trabalhadora

por meio dos direitos garantidos, classe trabalhadora que teve que lutar arduamente para conquistar, pelo Estado burguês. Aduz et.al. (2021, p.78) destacam:

É neste cenário de precarização do trabalho, pandemia e, Estado ausente na proteção social de todos os brasileiros, que nós assistentes sociais nos inserimos e precisamos estar atentos para não nos alienarmos no exercício da prática profissional, onde instituições tentam moldar as/os profissionais conforme os seus interesses, exigindo respostas imediatas a diferentes questões que acabam por limitar nossa visão em relação à totalidade histórica.

Em especial, ao/a trabalhadora(o) de Serviço Social, diante dos serviços e projetos no exercício profissional no equipamento socioassistencial, com pessoas com situação de violência ou risco pessoal, requer atuação do/a assistente social para identificar as múltiplas expressões da questão social vivenciada pelos/as usuários/as desta instituição, para isso, dispensa uma análise crítica e reflexiva, pois Guerra (2000) destaca a razão dialética como uma prática profissional, que exige a reflexão no cotidiano profissional, não se limita no imediatismo que chegam às diversas demandas, que deem respostas qualificadas, cuidadosas e elaboradas direcionadas pelo Projeto Ético Político do Serviço Social.

Para tanto, se faz necessário conhecimento histórico da trajetória da mulher, seus desafios, lutas e conquistas, para que diante de caso de violência contra a mulher, não se limite a um atendimento pontual, sem considerar o econômico, cultural e histórico, em buscar suporte para o enfrentamento da violência. Precisando a partir desse posicionamento, profissional de Serviço Social articulado com o Projeto Ético Político do Serviço Social para viabilizar orientação, acolhimento da vítima, escuta qualificada, encaminhamentos quando necessários e outras intervenções, que contribuam para o rompimento do ciclo de violência.

Portanto, entende-se que o/a assistente social comprometido/a com o Projeto Ético-Político busca defender os direitos humanos, empenhando-se na luta pela ampliação dos direitos sociais e na luta contra as expressões de vio-

lência. Logo, no primeiro momento, o atendimento social, através da escuta qualificada, tem o intuito de conhecer a realidade social vivenciada pela mulher em situação de violência, identificar as múltiplas expressões da questão social e, posteriormente, oferecer o acompanhamento da equipe técnica do serviço socioassistencial PAEFI/CREAS.

Em destaque a inserção da mulher vítima de violência no serviço socioassistencial do CREAS, é importante pontuar que deve haver a escolha dela, em ser acompanhada pela equipe de referência, explicando sobre a importância da adesão dessa, ainda que o referido acompanhamento não seja feito individualmente para a mulher em situação de violência, porém, também aos demais membros do núcleo familiar ao qual a vítima pertence.

Convém lembrar que o Assistente Social tem instrumentos político-normativos que balizam o fazer profissional do Serviço Social, o Código de Ética de 1993, lei de regulamentação da profissão Lei nº 8.662 de 7 de junho de 1993, diretrizes curriculares da ABEPSS e as resoluções do CFESS/CRESS. Por isso, o Serviço Social nega o conceito de competência nos moldes capitalistas, pois direciona a profissão para uma lógica da produtividade e estimula o fazer por fazer, sem ter a criticidade tão necessária para o exercício profissional.

No que tange à competência defendida pela categoria profissional, ou seja, projeto de profissão compromissada com a classe trabalhadora, é imprescindível destacar a lei de regulamentação da profissão, Lei nº 8.662 de 7 de junho de 1993 que em seu artigo 4º destaca as competências profissionais que não são de exclusividade do/a Assistente Social:

I – elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil; III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população; IV – vetado; V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais; VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam

contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais; VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo; IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social; XI - realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades (CFESS, 2012, p. 45).

O artigo 5º evidencia as atribuições privativas que somente o/a Assistente Social pode realizar:

I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social; II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social; III - assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social; IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social; V - assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular; VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social; VII - dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação; VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social; IX - elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social; X - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social; XI - fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais; XII - dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas; XIII - ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional. (CFESS, 2012, p. 47).

Ainda que, conforme for identificando as expressões da questão social, objeto de trabalho do Serviço Social, as demandas identificadas são compartilhadas com os demais profissionais da equipe multidisciplinar, para que outros saberes técnicos contribuam para possibilidades de intervenção. Frisando que

é garantido, durante o acompanhamento familiar, a participação dos membros nas decisões, possibilitando protagonismo e autonomia em suas vidas.

É necessário destacar o quanto é desafiador, para o profissional de Serviço social, atuar com mulheres em situação de violência, pois o trabalho social apresenta para o profissional a ineficiência do Estado, ao não garantir unidades de acolhimento emergencial para mulheres em situação de violência, sendo poucas, em todo território brasileiro. Já os municípios, responsáveis por garantir juntamente com o governo de estado, benefícios eventuais, apresentam morosidade em pagamentos de auxílio aluguel, auxílio passagem e outros benefícios necessários para suporte no processo de rompimento do ciclo de violência. O que, na maioria das vezes, faz com que a mulher retorne com seus agressores, temendo não ter suporte econômico de prosseguir.

Contudo, além do acompanhamento familiar, que demanda competências e conhecimento técnico especializado do/a Assistente Social, ainda requer do profissional posicionamento ético de requisitar dos gestores, serviços que contribuam para o fazer profissional. Devendo, ainda, fazer presentes nos espaços de controle, em destaque, no conselho municipal dos direitos das mulheres para levar às diversas demandas, construir documentos técnicos com embasamento para partilhar o quanto as mulheres vítimas de violência não estão sendo protegidas, pois o cenário é de “desproteção social” em nome da contenção de gastos e fortalecimento do neoliberalismo. Portanto, é preciso construir estratégias no território.

Considerações Finais

De acordo com dados estatísticos do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), referente a julho de 2022, o Brasil teve mais de 31 mil denúncias de violência doméstica ou familiar contra as mulheres. E segundo dados da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos, as denúncias de violência abrangem atos de violência física, sexual, psicológica, moral e

patrimonial. Os dados estatísticos ainda apontam que, no primeiro semestre de 2022, a central de atendimento registrou 31.398 denúncias e 169.676 violações envolvendo a violência doméstica contra as mulheres.

Os dados estatísticos comprovam o aumento de denúncias de violência doméstica ou familiar, no qual a vítima são as mulheres. Mediante esses dados estatísticos se destaca a importância da difusão dos serviços e instituições que prestem atendimento especializado à mulher vítima de violência e que favoreça ambiente de acolhimento, escuta e reflexão, acerca da proteção social das mulheres vítima de violência.

É necessário implementar as políticas públicas existentes, destinadas a assegurar direitos que resguarde a segurança das mulheres brasileiras vítimas de violência doméstica e familiar, bem como investimentos em propagandas que possam disseminar os canais de denúncia como o disque 180, que se trata de atendimento à mulher, 197 que é o disque denúncia, delegacias especializadas de atendimento à mulher, 190 que é emergência, além das instituições como o CREAS.

O CREAS é um equipamento institucional de relevância no processo de acompanhamento das mulheres vítimas de violência, já que o que compete é acolher, oferecer escuta e atendimento especializado. Assim, é necessário que os profissionais que compõem a equipe, entre esses o Assistente Social, que precisa ter a clareza das suas atribuições privativas.

É necessário que a equipe multidisciplinar do CREAS esteja engajada no território de abrangência, realizando o importante trabalho de mapear a potencialidades sociais do território de abrangência, realizando contato através de visita institucional ou por telefone, objetivando diminuir o distanciamento que a burocracia institucional impõe ao trabalhador no cotidiano ocupacional. Lembrando que os gestores também precisam estar afinados com a política da mulher para compreender as necessidades da equipe interdisciplinar e dos usuários dos serviços.

A gestão precisa ter afinidade com a política de enfrentamento da violência contra a mulher, pois dessa forma estará mais sensível com a causa e da importância de oportunizar ambiente de escuta dos profissionais, reuniões periódicas e incentivo para a capacitação continuada.

Durante o estudo para elaboração do referido texto ficou perceptível que durante a Pandemia da COVID-19, foi evidenciado o quantitativo de denúncias de violência contra mulher, em função de uma das precauções de contaminação ser o isolamento social, com isto, colocando a vítima em contato direto com seu agressor, impossibilitando que essa pessoa pudesse procurar por proteção e orientação, um cenário que evidencia para as expressões da questão social e a necessidade das intervenções do Estado, por meio de políticas sociais, mas por outro lado fez com que os serviços e profissionais, que atuam na defesa e no atendimento desta violência, pudessem criar alternativas diversas para que estas mulheres conseguissem acessar os serviços.

No momento atual se percebe que, apesar dos avanços constituídos tanto para a denúncia, quanto para o atendimento, esses ainda necessitam de aprimoramento, bem como o comprometimento de todos os envolvidos, sejam os profissionais, gestores das pastas, bem como os Poderes Legislativo e Judiciário, visto que principalmente a morosidade e falta de garantias para a vítima de violência, ainda continua fazendo com que estas não queiram ou possam dar continuidade aos processos ou nos serviços ofertados.

Referências

BLAY, Eva Altermar. **Violência contra as mulheres e política públicas**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/ryqNRHj843kKKHjLkgrms9k/?format=pdf&lang=pt> Disponível em: Acesso em: 16/06/22.

BRASIL, Lei Maria da Penha. Disponível: <http://www.tjmt.jus.br/INTRANET.ARQ/CMS/GrupoPaginas/18/984/Lei-maria-da-penha-11340.pdf>. Acesso em: 19/06/22

BRASIL. **Atuação da Proteção Social Especial do SUAS durante a pandemia da Covid 19.** 2021. Disponível: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/servicos/sagi/relatorios/de-olho-na-cidadania>. Acesso em: 18 de jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.435**, de 06/0/2011. Altera a Lei nº 8.742, de 07/12/1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Diário Oficial da União, Brasília, 07/07//11. Disponível: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/Ato2011-2014/2011/Lei/112435.htm>>. Acesso: 10/05/2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Conselho Nacional de Assistência Social.** Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações sobre a Gestão do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS - 1ª Versão.** Brasília, 2011.

BRASIL. **Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial.** Disponível: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orientacoes_Vigilancia.pdf. Acesso em: 20/04/21.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004;** Norma Operacional Básica – NOB/Suas. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005. Braveman, H.

BRASIL. **Registro mensal de Atendimento CREAS/Manual de Instruções.** 2018. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/atendimento/doc/Manual_RMA_CREAS2018.pdf> Acesso em : 27 de jun. 2021;

CARMELITA. Orgs. **O Sistema de Assistência Social no Brasil:** uma realidade em movimento.

CARVALHO, José Murilo de, 1939. **Cidadania no Brasil:** O longo Caminho. 11ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CFESS. **Código de ética do assistente social.** Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10 ed. Brasília, CFESS, 2012.

CFESS. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. Série: Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Brasília, CFESS, 2011.

COUTO, Berenice, SILVA, Maria Ozanira Silva, RAICHELIS, Raquel, YASBECK, Maria. **Corpo, envelhecimento e relações homoafetivas** [livro eletrônico] / org. Maynara Costa de Oliveira Silva, Laurinda Fernanda Saldanha Siqueira. -- 1. ed. -- São Luís, MA: Editora Expressão Feminista, 2021. PDF.

CRUZ, Juliana Lemes da. **Serviço Social e violência doméstica contra mulheres: desafios do trabalho profissional em Teófilo Otoni – Minas Gerais, 2019**. Disponível: file:///C:/Users/User/Downloads/OSQ_47_art_10.pdf. Acesso em: 18/06/22.

GUERRA, Yolanda. A Instrumentalidade no trabalho do assistente social. IN: CFESS/ABEPSS-UNB. **O trabalho do assistente social e as políticas sociais**, em 2000.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na cena contemporânea. IN: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais**, 2009.

MATO GROSSO. **Laboratório de Visualização e Georreferenciamento de Dados do SUAS/REGISTRO MENSAL DE ATENDIMENTO-CREAS** - Tabela F. 2021. Disponível em: <https://geosuasmt.wordpress.com/> Acesso em : 27 de jun. 2021;

MATO GROSSO. **Registros de feminicídio aumentam 59% em Mato Grosso**. 2021. Disponível em: <http://www.mt.gov.br/web/sesp/-/16477653-registros-de-feminicidios-aumentam-59-em-mato-grosso> Acesso em : 27 de jun. 2021.

MELO, Victor Hugo de. **Para elas**. Belo Horizonte: Nescon/UFMG, 2016. 165 p. Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/>. Acesso em: 29/05/22.

SPOSATI, Aldaíza. Proteção social e seguridade social no Brasil: pautas para o trabalho do assistente social. **Revista Serviço Social e Sociedade** nº 116. São Paulo: Cortez, 2013.

CAPÍTULO 5

ENFRENTANDO A IMAGEM DE CONTROLE DA PRENDA A PARTIR DA PRODUÇÃO DE SABERES ESTÉTICO-CORPÓREOS

Amanda Santos Silveira

Doi: 10.48209/978-65-5417-273-4

Introdução: A Cultura Tradicionalista Gaúcha e a Construção da Imagem da Mulher

Como elaboram os pesquisadores clássicos João Carlos D'Ávila Paixão Côrtes e Luiz Carlos Barbosa Lessa (1975), na tentativa de uma identidade regional, a cultura gaúcha é formada por várias formas de exaltação do que se refere como usos e costumes regionais. São manifestações e representações que circundam a figura “do gaúcho”. Nesse universo, dominam as atividades organizadas e regulamentadas que celebram a figura deste gaúcho e seu modo de vida em um passado relativamente distante.

A mulher gaúcha apresenta um percurso peculiar na trajetória histórica do estado, que focaliza preponderantemente a dimensão da masculinidade e que “concebe” a mulher como um par idealizado para acompanhá-lo nas danças e em espaços possíveis de serem compartilhados com elas. A estas mulheres é destinado o termo “prenda”, que aparece no Dicionário de Regio-

nalismos do Rio Grande do Sul (1984) como “joia, relíquia, presente de valor. Em sentido figurado, moça gaúcha”. Sendo em primeiro lugar um objeto, já é possível delinear que esta é uma construção simbólica via representações embasadas em valores e ideais machistas e patriarcais.

Tradicionalmente, a prenda se apresenta pilchada¹ com seu vestido composto por saia rodada e babados. Ao analisar os estereótipos de feminilidade contidos nessa indumentária, Ceres Brum (1982) afirma que a roupa tradicionalista da prenda lembra os vestidos das princesas europeias, por ser rodada e com mangas bufantes.

Figura 1 – Vestido de prenda



Fonte: Google imagens

No Manual do Tradicionalista, Saraiva (1968, p. 57-58) pede que as mulheres não modifiquem a indumentária que lhes foi designada, pois ela foi pen-

¹ Como “pilcha” é a indumentária tradicional da cultura gaúcha, estar “pilchada” significa trajar esta indumentária.

sada “atendendo às virtudes de recato, simplicidade e pudor que o gaúcho lhes atribui”. A prenda significa, neste contexto, a contrapartida do ideal homem provedor, da mulher submissa e da filha modelo de virtudes.

A reflexão que construo aqui ultrapassa a questão da falsidade ou veracidade das representações reproduzidas no universo gaúcho. É, na verdade, uma reflexão sobre as relações estabelecidas com o passado, com a história gaúcha e suas delimitações simbólicas ao recriá-lo no presente. É um convite para considerar a Arte, como um caminho para ressignificação do que é entendido como “tradicional” e como potência para mudanças estruturais e educativas através da produção de saberes. Parto, então, do estereótipo da prenda como resultado de imagens de controle (COLLINS, 2019) que ditam a forma como a sociedade lerá as mulheres gaúchas e normatizar como elas devem se portar.

Para tanto, analiso três trabalhos artísticos protagonizados por mulheres negras gaúchas, com o propósito discutir opressões interseccionais a partir do estereótipo da prenda. Como aporte teórico, recorro principalmente a intelectuais negras brasileiras e transito entre saberes da Dança e da Antropologia, principalmente a partir dos conceitos de imagens de controle (COLLINS, 2019) e produção de saberes estético-corpóreos (GOMES, 2017).

Meu lugar de fala (RIBEIRO, 2017) nesta escrita se dá por duas vias, sem hierarquia de valores: a primeira como artista negra gaúcha e a segunda como pesquisadora que toma essas experiências como ponto de partida para uma análise artística e antropológica. Escrevo em primeira pessoa como forma de me responsabilizar completamente pela escrita e como forma de nomear as minhas experiências. Escrever um capítulo de livro ainda é um privilégio para mulheres negras, especialmente sobre produção de saberes que nascem da luta contra racismo e machismo.

O Estereótipo da Prenda como Imagem de Controle

A socióloga, militante e professora negra Patricia Hill Collins (2019), a partir das experiências vividas e de uma epistemologia feminista negra, define as imagens de controle como uma representação específica de gênero que se consolida a partir de padrões estabelecidos no interior da cultura ocidental branca. A autora explica que as imagens de controle são estruturadas a partir de alguns exemplos específicos, mas que há inúmeras possibilidades de articulação enquanto dimensão ideológica do racismo e do sexismo que são historicamente manipuladas.

Formadas por uma trama com opressões interseccionais de raça, classe, gênero e sexualidade, as imagens de controle são: 1) a da “*mammy*”, criada para explicar o confinamento das mulheres negras ao serviço doméstico; 2) da “*matriarca negra*” que desafia os pressupostos patriarcais que sustentam o ideal tradicional de família e chefia como mãe-solo; 3) a “*mãe dependente do estado*”, criada para mulheres negras pobres da classe trabalhadora que usam os benefícios sociais que têm direito por lei e 4) a “*hoochie*”², que retrata a mulher negra como detentora de um apetite sexual excessivo e se torna um símbolo da sexualidade feminina desviante (COLLINS, 2019).

Os estereótipos servem como uma forma de fazer com que as desigualdades de gênero que recaem sobre as mulheres pareçam naturais da vida cotidiana. Assim, são utilizados como justificativa das opressões de gênero sobre essas mulheres, como uma forma de objetificar o grupo e manter “relações de superioridade e inferioridade” (COLLINS, 2019, p.139). É possível considerar, neste estudo, o estereótipo da prenda como uma imagem de controle a todas as mulheres gaúchas, pois é manipulada dentro do sistema de poder articulado por gênero e sexualidade.

² É uma expressão coloquial pejorativa que designa uma mulher promíscua e sexualmente provocante. Será usada no texto traduzido para português como “mulata”.

À primeira vista, o estereótipo da prenda talvez não pareça uma imagem de controle, mas uma imagem meramente positiva. Porém, ele não só procura regular o comportamento das mulheres gaúchas, mas também parece ter sido concebido para influenciar a identidade das mulheres brancas em relação a gênero e sexualidade.

De acordo com o culto da verdadeira condição de mulher, associado ao ideal tradicional de família, as mulheres “de verdade” tinham quatro virtudes fundamentais: piedade, pureza, submissão e domesticidade. As mulheres brancas das classes abastadas e da classe média emergente eram encorajadas a aspirar a essas virtudes. (COLLINS, 2019, p. 140)

Em uma reflexão interseccional, a prenda é uma imagem de controle duplamente danosa. Primeiro, porque mantém as mulheres brancas submissas e sustenta um sistema de dominação, estabelecendo dinâmicas e contornos no contexto gaúcho. Segundo, pois é elaborado através de discursos relacionados a poder, que regulam condutas de apagamento e invisibilização de mulheres negras e suas histórias. Além disso, mesmo que as condições iniciais que promoveram a imagem de controle da prenda desapareceram – já que o tradicionalismo que é exaltado na semana farroupilha teve sua construção iniciada na década de 40 – imagem ainda se mostra bastante tenaz, pois é essencial para manter opressões interseccionais. Portanto, o tradicionalismo gaúcho incita a construção de um imaginário racista, sexista na sua cultura.

A partir desta contextualização, a seguir descrevo algumas cenas coreográficas que compõem trabalhos artísticos protagonizados por mulheres negras no Rio Grande do Sul. Observo, posteriormente, como é possível lutar contra o racismo e o machismo através da Dança, bem como produzir saberes em diferentes campos de conhecimento.

Espectáculo “Negressencia: Mulheres Cujos Filhos São Peixes

O espetáculo “Negressencia: mulheres cujos filhos são peixes”, do Coletivo Negressencia, foi criado e dirigido por Manoel Timbaí, artista, professor e pesquisador negro e pela assistente de direção Jaine Barcellos, artista, professora de Dança e figurinista³. O Coletivo Negressencia é formado por artistas negros e negras de Santa Maria/RS e durante o processo criativo do espetáculo manteve vínculo com a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Analiso essa produção também do lugar de intérprete-criadora, já que participei do processo criativo e do circuito de apresentações do espetáculo.

O impulso criativo se deu a partir da reflexão etimológica e social da orixá Yemanjá e da possibilidade de “reafricanizar” a imagem que está impregnada no imaginário coletivo. A tradução do yorubá, idioma nigeriano, expressa que Yemanjá deriva de “*Yèyé Omo Ejá*” e significa “mãe cujos filhos são peixes” (MARTINS, 2008).

Chimamanda Adichie (2009) nos alerta sobre os perigos de uma história única e, por isso, buscamos nas comunidades de Porto Alegre, Santa Maria, Pelotas e Guaíba, investigar quem são essas mães, mulheres negras gaúchas, tão invisibilizadas na história do Rio Grande do Sul. Nos inspiramos nas histórias de 15 personalidades do gênero feminino que vivem e possuem uma atuação social e política no cenário da sociedade gaúcha como disparadores criativos. Dançamos contando histórias de mães-de-santo, líderes comunitárias, chefes de família, artistas, professoras, entre outras mulheres que carregam consigo saberes e peculiaridades da ancestralidade negra.

As coreografias representavam, em geral, aspectos da encruzilhada entre danças negras e orixalidade. Por exemplo, em uma das cenas a intérprete-criadora Gabrielle Barcelos vestia uma saia longa que ocupava todo o palco, repre-

³ O espetáculo foi financiado pela Fundação Nacional das Artes – FUNArte através da bolsa de fomento a produção de artistas e produtores/as negros e negras, em Santa Maria/RS, em 2016.

sentando a Yemanjá mãe de todos os seus filhos peixes, que dançavam embaixo do tecido.

Figura 2 – Espetáculo Negressencia: mulheres cujos filhos são peixes



Fotos: Rafael Hapke e Dartanhan Baldez Figueiredo

Descrição da imagem: Duas fotos, lado a lado, mostram bailarinos dançando embaixo de um tecido branco e músicos no canto direito. Ao fundo, uma mulher negra está no nível alto, de costas e com os braços levantados.

O arquétipo de Yemanjá retratado no espetáculo é um convite para (re) pensar não só sua imagem difundida no senso comum, como também a estética dos padrões de beleza feminino. Yemanjá representa fecundidade e maternidade nas religiões de matriz africana: os seios fartos mostram o corpo de uma mãe que amamentou seus filhos, bem como a barriga de grávida representa a fertilidade feminina. Seus quadris largos, suas coxas grossas e sua pele escura representam corpos de mulheres negras, rompendo com a construção colonizada de uma Yemanjá embranquecida e de um imaginário de mulher gaúcha representado oficialmente como a imagem da prenda. O espetáculo promoveu, conseqüentemente, um terreno fértil para (re)significação da experiência social e artística de mulher negra com base nas memórias relatadas pelas mulheres entrevistadas, nas identidades e processos identitários, nas relações de pertencimento, empoderamento e acolhimento.

Em outra cena, retratamos amor e afeto entre mulheres negras a partir da história de uma das entrevistadas que é lésbica. Nos inspiramos nas práticas cotidianas de relações amorosas e expressamos cenicamente em abraços, colos, trocas de apoio e suporte do corpo uma da outra.

Figura 3 – Espetáculo Negressencia: mulheres cujos filhos são peixes



Fotos: Acervo Coletivo Negressencia

Descrição da imagem: Duas mulheres usam branco, estão sentadas no palco preto e se abraçam de frente e de costas. Ao fundo, há percussionistas.

Por serem sexualmente independente dos homens, mulheres lésbicas põem em xeque as definições de mulher estabelecida pela sociedade simplesmente pela sua existência. É de suma importância reconhecer que a sexualidade lésbica é estigmatizada em um paradigma heterossexista, reforçando opressões interseccionais. O modo como as imagens de controle opera sobre essas mulheres reforça a ideologia de gênero dominante, reafirmando que o verdadeiro valor de uma mulher deve vir pelo casamento heterossexual.

Esta cena, portanto, pode ser considerada como um enfrentamento à imagem da mulher que não cumprem com seus deveres “femininos” tradicionais,

que sustenta todas as imagens de controle. Nesse caso, são rotuladas como mulheres que têm dificuldade em adotar um modelo adequado de comportamento de gênero e, além disso, esta cena desafia o papel prescrito para a prenda.

Outra cena do espetáculo problematiza a imagem de controle da “nega mulata” do carnaval e, ao mesmo tempo, valoriza a mulher negra passista reconhecendo a sua dignidade e intelectualidade. Nesta cena, a percussão marca o compasso de um partido alto enquanto Karen Tolentino, intérprete-criadora, samba e declama seu poema autoral, intitulado “Ser passista”. Segue um trecho a seguir:

(...) Somos corpo, mente, intelecto. Tá tudo unido e conciso. Eu também sou ativista e feminista e preciso do meu corpo negro sambando. E não sambo pra arranjar namorado ou pra ter mais um tarado do meu lado. Meu sonho é passar num doutorado. Dou-to-ra-do!!!! Entendeu? Percebeu? Percebeu que eu quero levar o meu samba para outros espaços mesmo passando por muitos percalços? (...) Cobrir a minha roupa? Por quê? O quê? Eu preciso me tapar pra mostrar que não sou uma “mulher-corpo-objeto”? A escravidão já é passado ou então tá tudo errado! Sou resistência. Negritude e inteligência. Não sou mulata. Sou negra. Sambista e, com muito orgulho, passista! (Karen Tolentino, 2016)

Figura 4 – Espetáculo Negressencia: mulheres cujos filhos são peixes



Foto: acervo Coletivo Negressencia

Descrição da imagem: mulher negra sambando em um palco revestido com linóleo e fundo branco. Seu figurino é uma minissaia preta e uma blusa preta com mangas vermelhas. Seu cabelo é crespo e está parcialmente preso.

A mulata é uma figura hiperssexualizada e objetificada da mulher negra, aclamada apenas no período do carnaval. Esta imagem de controle tem como foco os detalhes anatômicos, em específico as curvas nos quadris, nos seios e nos glúteos. Para Lélia Gonzalez (1984), a mulata se transfigura na mulher adorada, desejada e devorada pelos olhares de espectadores do mundo todo. Todas as suas funções são extremamente físicas e implicam um corpo sensual e vibrante, associando que sua condição serve como “um reservatório de medos da cultura ocidental” (COLLINS, 2019, p. 142). Ou seja, um local para despejar as funções femininas que uma sociedade puritana não consegue confrontar.

A partir da imagem da prenda, mulheres brancas gaúchas são consideradas exemplo de feminilidade inclusive no campo da sexualidade, sendo lidas como respeitáveis, meigas e castas. Enquanto isso, mulheres negras são lidas como promíscuas e, por isso, enfrentar a imagem da mulata é também enfrentar sua função simbólica na manutenção de opressões de gênero e sexualidade.

A reflexão sobre lésbicas e a mulata se interliga, pois ambas transmitem uma mensagem diferente sobre relações adequadas entre sexualidade feminina, justificando as práticas sociais que caracterizam a dominação na sociedade brasileira e, em consequência, no tradicionalismo gaúcho.

Como percebemos nas cenas descritas até então – e como continuaremos percebendo com as análises que seguem – finalmente começamos a ouvir as histórias, por tanto tempo ocultas, de mulheres negras que se retratam com diferenças importantes e substanciais do modo como foram retratadas até então.

Coreografia “Deus é Mulher”

“Deus é mulher” é uma coreografia do Coletivo Corpo Negra, de Porto Alegre/RS, vinculado a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como projeto de extensão. O grupo é composto exclusivamente por mulheres negras, acadêmicas ou egressas dos cursos de Dança Licenciatura e Fisioterapia da UFRGS, com diferentes trajetórias e vivências em Dança. A coreografia

será analisada a partir do vídeo que registra uma apresentação em 2018⁴ e da minha experiência como participante de uma oficina ministrada pelas integrantes do Corpo Negra que resgatava fragmentos dessa coreografia em 2022.

A coreografia é composta por movimentações de diferentes estilos de dança. Essa mistura, segundo as integrantes do Coletivo, ressalta a possibilidade de mulheres negras estarem presentes não apenas nas danças de matriz africana, mas também no balé, na dança de salão, na dança contemporânea e no jazz, por exemplo.

A obra se inicia com dança de salão, mais específico, samba de gafieira, realizada por duas integrantes que dançam enlaçadas. É esta cena que irei analisar a partir do confronto a dominação de gênero que impera nas danças tradicionalistas gaúchas.

Figura 5 – Coreografia “Deus é mulher”



Foto: acervo Coletivo Corpo Negra

Descrição da imagem: Duas mulheres dançam, abraçadas, frente a frente. Ambas usam turbante, uma com tranças e outra com cabelo crespo solto.

Na cultura gaúcha, as danças tradicionalistas são realizadas pelo peão e pela prenda, exclusivamente. A prenda, nessas danças, é cortejada pelo peão

⁴ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=yTSfJJ5Tx4U&ab_channel=ColetivoCorpoNegra

e expressa a imagem passiva e submissa que descrevi na primeira parte desta escrita. A partir disso, essa cena pode ser considerada como um dispositivo provocativo que auxilia a pensar os padrões heteronormativos, patriarcais e coloniais dessas danças.

Analisando esta cena, constato o movimento de se lançar em danças transgressoras que confrontam a superioridade masculina gaúcha ao romperem com uma forma de condução descontextualizada dos acontecimentos sociais de ordem contemporânea. Nathália Dornelles e Marianna Duarte, não só reagem a imagem de controle da prenda, bem como grafam no corpo o processo de crescimento pessoal na direção de uma autoimagem positiva. Ao dançarem juntas, as integrantes recriam concepções sociais ao experimentarem formações em dança de salão por vias para além das conservadoras, que são edificadas por papéis construídos a partir da dominação masculina.

Dando vazão as sutilezas presentes na cena, a tríade articulada entre o papel social, a imagem moral e o padrão de beleza da mulher gaúcha, tensiona as experiências vivenciadas pelas mulheres negras no solo gaúcho, pois estas diferem da condição específica do ideal de prenda: a mulher branca, assegurada nas estruturas de submissão do marido ou do pai, sendo heterossexual.

E eu não sou uma mulher?

“E eu não sou uma mulher?” é uma vídeoperformance⁵ criada por mim, apresentada na ação “21 dias de ativismo: pelo fim da violência contra meninas e mulheres” do Grupo Tuna⁶, em 2022. O título faz menção ao histórico discurso feito pela escritora e militante dos direitos da mulher Sojourner Truth em 1851, que apontava a incoerência da tentativa de universalizar experiências entre mulheres brancas e negras

5 Videoperformance disponível em: <https://www.instagram.com/p/C17HQnoLjP0/?hl=pt-br>

6 O Grupo Tuna, projeto extensionista da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), reúne pesquisadoras e pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, numa perspectiva interdisciplinar transitando por temáticas como diferença, gênero, e sexualidade.

Início a vídeoperformance completamente coberta por um tecido, sendo apenas um borrão em movimento. São vetores para a criação desta cena, a desumanização e o apagamento das mulheres negras na construção da imagem da prenda.

Figura 6 – Vídeoperformance “E eu não sou uma mulher?”



Foto: captura de tela elaborada pela autora

Descrição da imagem:

Utilizo a imagem desfocada como crítica a uma identidade anônima que recai sobre nós, mulheres negras. É como se o recurso do desfoque mostrasse que o corpo negro é o elemento menos importante de ser captado, visível e representado a partir da imagem de controle da prenda. Num segundo momento, ao som de “*Ain't I a Woman*”, canção da artista negra Luedji Luna, meu corpo está parcialmente coberto. Aparecem costas, braços, cabeça e mãos, em movimentos que abraço a mim mesma acariciando minhas costas nuas. Isso acontece como um enfrentamento, onde expresso poeticamente o simbolismo dado ao corpo de mulheres negras.

Figura 7 – Videoperformance “E eu não sou uma mulher?”



Fonte: captura de tela elaborada pela autora

Descrição da imagem: Sequência de três fotos que uma mulher negra está de costas. Um pano azul cobre parte do seu corpo e ao fundo, há um muro e plantas verdes.

Propositalmente, em nenhum momento da vídeodança meu rosto aparece. Sem rosto, sem nome, sem identidade. Mulheres vistas na sua pele nua, na sua carne e na sede do prazer. Mulheres vistas como objeto de satisfação de desejo desde a escravização do povo negro e do abuso sexual que sofreram de seus senhores. São desumanizadas e naturalmente vistas sem a dignidade do amor e do afeto. Isso se desdobra hoje na concepção de que a mulher branca serve para o matrimônio enquanto a mulher negra serve para o sexo, como dito na máxima de Gilberto Freyre (1900-1987) “branca para casar, negra para trabalhar, mulata para fornicar”. Atribuir às mulheres negras a tal papel é abolir sua humanidade, é animalizar seus corpos como “burro de carga” do sexo.

Nesta vídeodança, construo um discurso através do corpo que provoca o espectador a pensar se a prenda não é apenas a idealização de uma mulher que nunca existiu. O “tradicionalismo” que construiu esta imagem é, na verdade, conservadorismo pilchado. Constituído inicialmente apenas por homens, nesse tradicionalismo a mulher passou a ser a imagem que eles gostariam que ela fosse. E eu, afinal, não sou uma mulher?

A Produção de Saberes Estético Corpóreos

As criações artísticas analisadas foram criadas em um contexto explicitamente racista e machista. Os versos do hino oficial do estado do Rio Grande do Sul escancaram o seu racismo pujante: “povo que não tem virtude, acaba por ser escravo”. Além da discriminação racial escancarada, há a construção identitária em torno dos corpos femininos, como na música “ajoelha e chora” da Banda Tchê Garotos:

Endureci *resorvi bancá* o machão, aí ficou bem bom, agora é do meu jeito. De hoje em diante sempre que eu te chamar, acho bom tu *ajoeiá* e me *trata* com respeito. Ajoelha e chora, quanto mais eu passo o laço, muito mais ela me adora [...] Mas o efeito do remédio que eu dei, foi melhor do que eu pensei, ela faz o que eu quiser. Me lava a roupa, lava os pratos e cuida os filhos [...] Eu tô achando que esta mulher danada ficou mal acostumada e tá gostando de apanhar (COELHO, CLAUDIO, ULIAN, 2000)

Estes versos disseminam valores que são incompatíveis com uma sociedade que se diz democrática, plural e igualitária. Tanto o hino quanto a música operam discursos que causam subalternidade, desumanizam pessoas negras e reproduzem o estereótipo da prenda, que precisa cumprir seu papel social como submissa.

Parto, a seguir, para a reflexão de como a dança enfrenta esse cenário através da manifestação artística e da produção de saberes. Nilma Lino Gomes (2017, p. 67) nos ensina que a comunidade negra produz saberes, “os quais se diferem do conhecimento científico e, em hipótese alguma “menos saberes” ou “saberes residuais”. Diz, então, que a marca destes saberes se relaciona com uma forma de conhecer o mundo e produzir uma racionalidade atravessada pela vivência da negritude.

Estes saberes surgem a partir dos processos de busca por produzir e re-produzir a existência. Logo, não se trataria puramente de “ações intuitivas, mas de criação, recriação, produção potência” (GOMES, 2017, p.67). São agrupados como saberes identitários, saberes políticos e saberes estético-corpóreos

àqueles que emergem da experiência e da ação da comunidade negra. Para este texto, me atendo aos saberes estético-corpóreos.

Em resumo, os saberes estético-corpóreos ensinam negras/os a reeducarem sua relação com seus corpos e, também, reeducam o olhar da população brasileira sobre o corpo negro. Eles tensionam para que haja o legítimo reconhecimento da estética negra como direito à cidadania, de forma que o termo “estético” surge como uma maneira de *sentir* o mundo e a corporeidade como forma de *viver* o corpo no mundo.

São saberes que nos ensinam a questionar a monocultura do corpo e do gosto estético vinculado aos valores e padrões hegemônicos brancos da sociedade. Padrões estes que excluem, de modo recorrente, a forma de sentir e viver o mundo presentes na cultura afro-brasileira ou as utilizam de maneira oportunista e/ou desfigurada. Recolocam, portanto, a estética e o corpo como espaços de expressão identitária, de transgressão, afirmação e emancipação dos corpos negros.

A imagem de controle da mulata é um exemplo perfeito do que os saberes estético-corpóreos questionam. A produção desses saberes aparece nas cenas do espetáculo “Negressencia: mulheres cujos filhos são peixes”, na coreografia “Deus é mulher” e na vídeoperformance “E eu não sou uma mulher?”, já que questionam a construção da imagem feminina no Rio Grande do Sul, bem como sua posição social. Essas danças foram criadas e apresentadas por corpos negros aliados a militância pelo Coletivo Negressencia e pelo Coletivo Corpo Negra, elaborando formas de rejeitar as imagens de controle ao qual estão submetidas. É nesse momento que arte e política se encontram diretamente.

As obras artísticas descritas irrompem uma nova leitura para questões raciais e de gênero no Rio Grande do Sul, permitindo uma ressignificação e denunciando narrativas hegemônicas que contam a história de mulheres negras no estado. Constato, a partir desse enfrentamento, que os três trabalhos não são apenas Arte, mas produção de saberes identitários e estético-corpóreos.

As garantias de liberdade de expressão permitem que o Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) diga o que pensa sobre as mulheres gaúchas. É comum que homens e mulheres não questionem a figura da prenda enquanto caracterização do papel da mulher na cultura tradicionalista. A aceitação não apenas mascara os benefícios que essa imagem proporciona na dominação masculina quanto as cartilhas e manuais do MTG validam tacitamente essa imagem. Quanto mais circula entre os Centros de Tradições Gaúchas (CTGs), mais credibilidade tem.

A capacidade das releituras e derivações que as artes acessam na geração de estéticas outras é um dos pontos de resistência e de tensão para a luta contra formas culturais e ideológicas racistas e sexistas. Assim, o espetáculo, a coreografia e a vídeoperformance buscam brechas e formas de intervenção que qualifiquem suas lutas em prol da justiça social para população negra gaúcha. Na busca pela superação de dificuldades, a educação ainda tem sido um campo de esperanças, ações e superações, principalmente para a população em situação de vulnerabilidade. Alternativas no campo da educação não formal tem sido um campo fértil de resistências e experimentações, assim como propostas outras, que atendam diferentes objetivos, desde a produção de saberes através do corpo até a dança como meio de enunciação de discurso.

Considerações Finais

As artes têm sido terreno fértil para inovações educacionais. E é no âmbito desse contexto que este artigo se propôs a tematizar a potência dos saberes estéticos-corpóreos como enfrentamento as imagens de controle que subalternizam mulheres negras gaúchas e a invisibilização de suas histórias no estado do Rio Grande do Sul. É na busca dessa materialidade corporificada em dança que foram estabelecidas reflexões sobre a conscientização e valorização da negritude na identidade cultural gaúcha.

Ao ampliar as maneiras de ver a realidade, os trabalhos artísticos analisados produzem saberes que educam o desenvolvimento de olhares atentos e cuidadosos para mulheres negras gaúchas. É na conexão cultural entre dança e educação que nos possibilita a percepção de conflitos, contradições e opressões. De manifestações tradicionais à inovações, do conformismo à resistência, nos corpos negros dançantes a possibilidade da interpretação crítica da ordem social.

A produção de saberes estético-corpóreos é potencializadora de alternativas para sujeitos excluídos socialmente. Tendo como foco a situação das mulheres negras gaúchas, as fragilidades são maiores e mais complexas. A interseccionalidade entre raça, classe social e gênero, no caso das mulheres negras, amplia os prejuízos nos processos de socialização e construção de representatividade ao longo da história.

Como mostrei ao longo do texto, a identidade de mulheres negras se apresenta de forma subalternizada e silenciada. Os saberes estéticos-corpóreos, a corporeidade, o corpo em movimento e a produção de saberes intencionalmente inclusiva, tem nos mostrado possibilidades de reverter este cenário. A dança, nesse estudo, performatiza saberes estético-corpóreos como um sinal de que luta e arte podem ser revolucionários em diferentes tempos e espaços.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BRUM, Ceres Karam. “Vestida de prenda”: sobre as significações da pedagogia tradicionalista das pilchas. In: **Educação**. Centro de educação. Universidade Federal de Santa Maria, Vol 7, n 2. Santa Maria, 1982.

COELHO, Sandro; CLAUDIO, Luiz; ULIAN, Marquinho. **Ajoelha e chora**. Banda Tchê Garotos. Álbum Geração 2000. (3min 29 Seg)

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

CÔRTEZ, João Carlos D'Ávila Paixão. LESSA, Luiz Carlos Barbosa. **Danças e andanças da tradição gaúcha**. Porto Alegre: Editora Garatuja, 1975.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: **Revista Ciências Sociais Hoje**. Anpocs. p 223-244. 1984. Disponível em: <https://11nq.com/saUZj> Acesso em: 24, abr, 2023.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador**: Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes. 2017

MARTINS, Suzana Maria Coelho. **A dança de Yemanjá Ogunté sob a perspectiva estética do corpo**. Salvador: EGBA, 2008.

NUNES, Z.C & R.C. **Dicionário de regionalismos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins livreiro, 1984.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento. Coleção Feminismos Plurais. 2017

SARAIVA, Glaucus. **Manual do tradicionalista**: Orientação geral para tradicionalistas e Centros de Tradições Gaúchas. Porto Alegre: Sulina, 1968

CAPÍTULO 6

DESAFIOS ENFRENTADOS POR PESSOAS LGBTQIA+ NEGRAS NO BRASIL: ESTRATEGIAS E PRATICAS NO CONTEXTO ESCOLAR DIVERSIDADE SEXUAL, ÉTNICO-RACIAL E DE GÊNERO: A IMPORTÂNCIA DA ABORDAGEM INTERSECCIONAL

Iracy Marinho Barros

Patricia da Cruz Dias

Doi: 10.48209/978-65-5417-273-5

Resumo: O Brasil é um país de rica diversidade cultural e étnica, mas também enfrenta desafios significativos relacionados à discriminação e à desigualdade. Para pessoas LGBTQIA+ negras, esses desafios são exacerbados por uma interseção de preconceitos e marginalizações. Compreender essas complexidades é crucial para criar um ambiente educacional inclusivo e acolhedor. Este artigo explora os desafios enfrentados por pessoas LGBTQIA+ negras e propõe estratégias para trabalhar essas questões dentro da sala de aula do ensino fundamental. Também tem o objetivo de apresentar os conceitos da diversidade sexual, étnico-racial e de gênero.

Palavras-chaves: Diversidade Sexual, LGBTQIA+ Negras, Contexto Escolar.

Abstract: Brazil is a country of rich cultural and ethnic diversity, but it also faces significant challenges related to discrimination and inequality. For LGBTQIA+ people of color, these challenges are exacerbated by an intersection of prejudice and marginalization. Understanding these complexities is crucial for creating an inclu-

sive and welcoming educational environment. This article explores the challenges faced by black LGBTQIA+ people and proposes strategies to work on these issues within the elementary school classroom. It also aims to present the concepts of sexual, ethnic-racial and gender diversity.

Keywords: Sexual Diversity, Black LGBTQIA+, School Context.

Introdução

Pessoas LGBTQIA+ negras enfrentam desafios únicos e acentuados em diversos contextos, e o ambiente escolar não é exceção. Este artigo explora as dificuldades específicas vivenciadas por esses estudantes e propõe estratégias e práticas que podem ser adotadas no contexto escolar para promover um ambiente mais inclusivo e equitativo. A compreensão da diversidade sexual, étnico-racial e de gênero é essencial para a construção de uma sociedade mais inclusiva e justa. Esses conceitos abordam diferentes dimensões da identidade humana e, quando considerados de forma interseccional, permitem uma análise mais completa das desigualdades e desafios enfrentados por diversos grupos sociais. A seguir, é apresentado um panorama geral desses conceitos e a importância de abordá-los de forma interseccional:

1. Diversidade Sexual

A diversidade sexual refere-se à variedade de orientações sexuais e identidades de gênero que existem na sociedade. As principais orientações sexuais incluem heterossexualidade, homossexualidade, bissexualidade e assexualidade. As identidades de gênero abrangem a forma como uma pessoa se percebe e se identifica em relação ao gênero, que pode ser masculino, feminino, não-binário, gênero fluido, entre outros. Importância da Diversidade Sexual: Reconhecimento e Respeito: A aceitação e o respeito pelas diferentes orientações sexuais e identidades de gênero são fundamentais para garantir direitos e dignidade para todas as pessoas. Prevenção de Discriminação: Reconhecer

a diversidade sexual ajuda a combater a LGBTfobia, promovendo ambientes mais seguros e inclusivos.

2. Diversidade Étnico-Racial

A diversidade étnico-racial refere-se às diferenças entre grupos raciais e étnicos, incluindo aspectos como cor da pele, origem cultural, tradições e práticas sociais. No Brasil, a diversidade étnico-racial inclui a presença significativa de povos indígenas, afro-brasileiros, brancos e outros grupos. **Importância da Diversidade Étnico-Racial: Valorização da Cultura:** A diversidade étnico-racial enriquece a sociedade com múltiplas perspectivas e práticas culturais, promovendo um intercâmbio cultural mais enriquecedor. **Combate ao Racismo: Reconhecer a diversidade étnico-racial é crucial para entender e combater o racismo e outras formas de discriminação racial, promovendo a igualdade e a inclusão.**

3. Diversidade de Gênero

A diversidade de gênero abrange a variedade de identidades e expressões de gênero que não se limitam ao binário masculino e feminino. Isso inclui identidades como transgênero, não-binário, agênero, entre outras. A expressão de gênero refere-se à forma como uma pessoa manifesta seu gênero através de comportamentos, roupas e outros aspectos. **Importância da Diversidade de Gênero: Identidade e Autoestima:** Reconhecer e apoiar a diversidade de gênero é crucial para o bem-estar e a autoestima das pessoas que não se encaixam nas normas tradicionais de gênero. **Políticas Inclusivas:** A inclusão de diversas identidades de gênero em políticas públicas e práticas sociais ajuda a garantir direitos e acesso a serviços de saúde, educação e emprego.

A Importância da Abordagem Interseccional

A interseccionalidade, conceito desenvolvido pela teórica Kimberlé Crenshaw, é uma abordagem que reconhece que as identidades de uma pessoa não são formadas por um único aspecto, como raça, gênero ou orientação sexual, mas sim pela interseção desses diversos aspectos. A abordagem inter-

seccional permite entender como diferentes formas de opressão e privilégio se combinam e afetam a vida das pessoas de maneiras complexas e variadas. São benefícios da Abordagem Interseccional: Análise Completa das Desigualdades: A interseccionalidade revela como a combinação de várias formas de discriminação (como racismo e LGBTfobia) cria experiências únicas de marginalização que não podem ser entendidas totalmente ao se considerar apenas um aspecto isolado da identidade; Políticas e Práticas Mais Inclusivas: Compreender as múltiplas camadas de opressão permite o desenvolvimento de políticas públicas e práticas sociais que abordam a complexidade das necessidades das pessoas. Por exemplo, uma política voltada para a inclusão de pessoas trans deve considerar também a interseccionalidade com a raça e a classe social para ser verdadeiramente eficaz; Empoderamento e Representatividade: A abordagem interseccional ajuda a garantir que todas as vozes sejam ouvidas e representadas, promovendo um ambiente mais inclusivo e acolhedor para pessoas de diferentes origens e identidades; Promoção de Justiça Social: A interseccionalidade é essencial para a justiça social, pois permite que se identifiquem e enfrentem as desigualdades estruturais que afetam de maneira desproporcional os grupos mais vulneráveis.

Desafios Enfrentados por Pessoas LGBTQIA+ Negras no Brasil

A intersecção entre raça e orientação sexual ou identidade de gênero gera um cenário de vulnerabilidade acentuada para pessoas LGBTQIA+ negras no Brasil. As estruturas sociais, históricas e políticas do país, baseadas em séculos de escravidão e exclusão racial, somadas à marginalização das identidades não normativas, resultam em desafios únicos que precisam ser enfrentados por essa população.

1. Racismo e LGBTfobia Interseccionais

Um dos principais desafios enfrentados por pessoas LGBTQIA+ negras no Brasil é o **racismo combinado à LGBTfobia**. Estas formas de opressão

atuam de maneira interseccional, ou seja, de forma combinada e inseparável. A discriminação racial aumenta a marginalização que pessoas LGBTQIA+ negras sofrem em ambientes sociais, profissionais e educacionais, criando uma situação em que sua vulnerabilidade é dupla. Segundo Gomes (2019), o racismo estrutural no Brasil perpetua a exclusão de corpos negros em espaços de poder e a LGBTfobia intensifica essa exclusão.

2. Violência Física e Simbólica

A violência contra pessoas LGBTQIA+ no Brasil já é alarmante, sendo o país um dos que mais registra assassinatos motivados por LGBTfobia no mundo. Quando se adiciona o fator racial, os números são ainda mais preocupantes. Segundo dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), mulheres trans negras, por exemplo, são as principais vítimas de homicídios no país (ANTRA, 2020). A violência simbólica também é persistente, com representações midiáticas e sociais que frequentemente reforçam estereótipos negativos sobre corpos negros LGBTQIA+, perpetuando a marginalização.

3. Precarização Socioeconômica

Outro desafio significativo é a precarização socioeconômica. As pessoas negras no Brasil, em geral, enfrentam maiores dificuldades de acesso a emprego formal, educação de qualidade e segurança social. Para pessoas negras LGBTQIA+, essa realidade é ainda mais agravada. A exclusão do mercado de trabalho formal empurra muitas pessoas LGBTQIA+ negras, especialmente mulheres trans e travestis, para situações de vulnerabilidade extrema, como a prostituição, que muitas vezes é uma das poucas alternativas para a sobrevivência. A pesquisa de Mello et al. (2020) aponta que essa precariedade socioeconômica afeta diretamente a saúde mental dessas populações, que sofrem com falta de apoio social e acesso precário a serviços públicos, como saúde e educação. Além disso, o racismo institucional reforça a marginalização ao dificultar o acesso a serviços de qualidade para pessoas negras LGBTQIA+.

4. Saúde Mental e Acesso a Serviços de Saúde

Pessoas LGBTQIA+ negras também enfrentam barreiras significativas no **acesso à saúde mental** e física. Os serviços de saúde, muitas vezes, não estão preparados para atender às especificidades dessa população, seja pela falta de políticas públicas inclusivas, seja pelo racismo institucional que se manifesta em diferentes níveis. Segundo Santos (2021), o descaso do Estado brasileiro para com as questões de saúde mental de pessoas negras LGBTQIA+ é evidente pela falta de programas especializados que levem em consideração tanto a questão racial quanto a identidade de gênero ou orientação sexual. Essa precariedade no atendimento gera um ciclo vicioso, no qual as violências psicológicas e físicas sofridas na sociedade não encontram amparo em políticas públicas de acolhimento, resultando em taxas alarmantes de depressão, ansiedade e suicídio.

5. Sub-representação em Movimentos Políticos

Apesar dos avanços no reconhecimento de direitos da comunidade LGBTQIA+ no Brasil, **pessoas negras ainda são sub-representadas nos espaços de decisão política e de ativismo dentro do próprio movimento LGBTQIA+**. As pautas raciais muitas vezes são secundarizadas, e as lideranças dentro do movimento, em grande parte, são compostas por pessoas brancas de classes médias e altas, como apontado por Silva (2019). Isso cria um distanciamento entre as demandas da comunidade LGBTQIA+ negra e as políticas públicas efetivamente desenvolvidas. Essa falta de representação impacta na criação de políticas públicas específicas que poderiam atender melhor às necessidades dessa população, como cotas em espaços de poder, programas de apoio econômico e inserção social, além de uma maior visibilidade das questões que envolvem raça, gênero e sexualidade.

Estratégias e Práticas No contexto Escolar

Trabalhar com questões relacionadas aos desafios enfrentados por pessoas LGBTQIA+ negras dentro da sala de aula do ensino fundamental requer uma abordagem sensível, inclusiva e educativa. É importante criar um ambiente onde todos os alunos se sintam respeitados e onde questões de diversidade possam ser discutidas de maneira construtiva. Algumas estratégias e práticas que podem ser implementadas para abordar esses desafios de forma eficaz e inclusiva no contexto escolar são:

1. Educação e Sensibilização

Inclusão no Currículo: Incorporar temas de diversidade e inclusão no currículo pode ajudar a sensibilizar os alunos desde cedo. Isso pode incluir:

- **Literatura Diversificada:** Selecionar livros e materiais didáticos que reflitam a diversidade racial e de gênero, incluindo histórias sobre pessoas LGBTQIA+ e negras. Exemplos incluem livros de autores negros e LGBTQIA+, bem como histórias que representem essas experiências.
- **Histórias e Biografias:** Apresentar figuras históricas e contemporâneas que sejam negras e LGBTQIA+ pode ajudar os alunos a entender a diversidade em diferentes contextos.

Formação de Educadores: Capacitar os professores para que compreendam e abordem questões de diversidade de forma sensível e informada é crucial. Isso pode ser feito através de:

- **Workshops e Treinamentos:** Participar de cursos e treinamentos sobre diversidade, inclusão e interseccionalidade para melhor preparar os educadores para lidar com essas questões na sala de aula.
- **Recursos Educacionais:** Utilizar recursos e materiais que ajudem os educadores a abordar a diversidade racial e sexual de maneira informativa e respeitosa.

2. Criação de um Ambiente Inclusivo

Cultivar o Respeito e a Empatia: Promover um ambiente de respeito e empatia é fundamental. Algumas práticas incluem:

- **Regras de Respeito:** Estabelecer regras claras sobre respeito e inclusão na sala de aula, e assegurar que todos os alunos compreendam a importância de tratar todos com dignidade.
- **Discussões Guiadas:** Facilitar discussões guiadas sobre diversidade, igualdade e respeito, ajudando os alunos a desenvolver empatia e compreensão.

Representação Visual: A representação visual também desempenha um papel importante:

- **Exposições e Cartazes:** Exibir cartazes e materiais visuais que representem a diversidade racial e sexual, ajudando a normalizar e celebrar essas identidades.
- **Decoração da Sala de Aula:** Decorar a sala de aula com imagens e materiais que representem diferentes culturas, identidades de gênero e orientações sexuais.

3. Promoção da Diversidade e Inclusão

Atividades e Projetos: Realizar atividades e projetos que promovam a inclusão e a diversidade:

- **Projetos de Pesquisa:** Encorajar os alunos a pesquisar e apresentar sobre figuras históricas ou contemporâneas que sejam negras e LGBTQIA+, ajudando a aumentar a conscientização sobre suas contribuições e desafios.
- **Eventos Temáticos:** Organizar eventos e atividades temáticas que celebrem a diversidade, como semanas de diversidade ou feiras culturais.

Diálogo Aberto: Manter um diálogo aberto sobre diversidade e inclusão é essencial:

- **Sessões de Perguntas e Respostas:** Oferecer sessões de perguntas e respostas onde os alunos podem expressar suas dúvidas e curiosidades sobre questões de diversidade de maneira segura e respeitosa.
- **Apoio Psicológico:** Disponibilizar apoio psicológico para alunos que possam estar enfrentando dificuldades relacionadas à sua identidade racial ou sexual.

4. Inclusão e Acesso

Acesso a Recursos: Garantir que todos os alunos tenham acesso a recursos e apoios necessários:

- **Biblioteca Inclusiva:** Disponibilizar uma biblioteca escolar com livros e recursos que representem a diversidade racial e sexual.
- **Apoio Personalizado:** Oferecer apoio personalizado para alunos que enfrentam discriminação ou bullying, garantindo que tenham o suporte necessário para se sentirem seguros e incluídos.

Políticas e Procedimentos: Implementar políticas e procedimentos claros para lidar com discriminação e bullying:

- **Política Anti-bullying:** Desenvolver e implementar uma política anti-bullying que inclua diretrizes específicas para lidar com casos de discriminação baseada em raça, gênero ou orientação sexual.
- **Procedimentos de Denúncia:** Estabelecer procedimentos claros para que os alunos possam denunciar discriminação ou bullying e garantir que essas denúncias sejam tratadas com seriedade.

Considerações Finais

Os desafios enfrentados por pessoas LGBTQIA+ negras no Brasil são resultado de uma intersecção complexa de opressões, onde o racismo e a LGBTfobia agem de forma simultânea e intensificam as dificuldades vividas no cotidiano. A violência, a exclusão socioeconômica, a falta de acesso a serviços

de saúde de qualidade e a sub-representação política são alguns dos principais fatores que limitam o pleno desenvolvimento dessa população. É necessário que o Estado e a sociedade civil compreendam essas intersecções e desenvolvam políticas públicas que abranjam as especificidades dessa população, a fim de garantir um ambiente social mais justo e igualitário.

Conclusão

A compreensão e o reconhecimento da diversidade sexual, étnico-racial e de gênero são fundamentais para promover uma sociedade mais inclusiva e equitativa. A abordagem interseccional é crucial para entender a complexidade das experiências individuais e coletivas, garantindo que políticas e práticas sociais atendam adequadamente às necessidades de todos os grupos. Ao integrar esses conceitos de forma interseccional, avançamos na construção de uma sociedade onde todas as pessoas possam viver com dignidade e respeito, independentemente de suas identidades ou origens.

Trabalhar com os desafios enfrentados por pessoas LGBTQIA+ negras no ensino fundamental envolve uma abordagem holística que abrange a inclusão no currículo, a criação de um ambiente respeitoso e a promoção da diversidade. Implementar essas estratégias pode ajudar a garantir que todos os alunos se sintam valorizados e respeitados, e contribui para a construção de uma comunidade escolar mais inclusiva e equitativa. A educação é uma ferramenta poderosa para promover a compreensão e a empatia, e a escola desempenha um papel crucial nesse processo.

Referências

ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais. (2020). *Dossiê de assassinatos e violências contra travestis e transexuais no Brasil*. Disponível em: <https://antrabrasil.org/>.

- Butler, J.** (2003). *Corpos que Pesam: Sobre os Limites do Sexo e do Gênero*. Editora Civilização Brasileira.
- Beck, E., & Kogan, D.** (2020). *Education for All: Teaching about Sexuality and Gender Diversity*. Routledge.
- Butler, J.** (2003). *Corpos que Pesam: Sobre os Limites do Sexo e do Gênero*. Editora Civilização Brasileira.
- Connell, R. W.** (2005). *Masculinities*. University of California Press.
- Crenshaw, K.** (1991). “Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color”. *Stanford Law Review*, 43(6), 1241-1299.
- Collins, P. H.** (2000). *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*. Routledge.
- Gay, G.** (2010). *Culturally Responsive Teaching: Theory, Research, and Practice*. Teachers College Press.
- Gomes, P. R.** (2019). *O Racismo Estrutural e a Violência contra LGBTQIA+ no Brasil*. *Revista Raça e Resistência*, 12(2), 45-59.
- Kimmel, M.** (2012). *A Masculinidade: A Construção da Identidade Masculina na Sociedade Contemporânea*. Editora Martins Fontes.
- Ladson-Billings, G.** (1995). *Toward a Theory of Culturally Relevant Pedagogy*. *American Educational Research Journal*, 32(3), 465-491.
- Mello, L. P., Silva, G. M., & Nascimento, M. C. (2020). *Precarização e exclusão: um estudo sobre a população LGBTQIA+ negra no Brasil*. *Cadernos de Pesquisa Social*, 8(3), 124-139.
- McCall, L.** (2005). “The Complexity of Intersectionality”. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, 30(3), 1771-1800.
- Munanga, K.** (2005). *Rediscutindo a Relação Entre Raça e Classe no Brasil: A Perspectiva do Negro*. Editora Fundação Perseu Abramo.

Santos, A. F. (2021). *Saúde mental e as interseções de raça e sexualidade no Brasil: desafios para o acolhimento de populações LGBTQIA+ negras*. Revista Saúde e Sociedade, 30(1), 99-112.

Silva, D. L. (2019). *A sub-representação de pessoas negras em movimentos LGBTQIA+: uma análise crítica*. Revista Brasileira de Políticas Públicas, 14(4), 123-141.

Silva, N. (2018). *Racismo no Brasil: Formação, História e Consequências*. Editora Luta Antirracista.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Alberto Barreto Goerch

Advogado. Doutor em Diversidade e Inclusão pela Universidade FEEVALE com Bolsa de Estudos pela CAPES, Mestre em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, Pós-graduado Lato Sensu em Direito com Especialização em Direito Constitucional pela UNIDERP e Pós-graduado Lato Sensu em Direito com Especialização em Direito Processual Civil pela Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC. Graduado em Direito pela Faculdade Metodista de Santa Maria - FAMES. Professor Universitário, em Cursos de Especializações e Preparatórios para Carreiras Jurídicas. Experiência Docente nas Modalidades Presencial e em EAD. Membro da Academia Brasileira de Direito Internacional. Presidente da Comissão Especial da Diversidade Sexual e Gênero da OAB/SM. Pesquisador do Núcleo de Estudos em Tribunais Internacionais da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo - USP. Membro do Grupo de Pesquisa Arthemis - Direito e Gênero da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Integrante do Grupo de Pesquisa do CNPQ/ Metropolização e Desenvolvimento Regional da Universidade Feevale. Tem experiência em pesquisa na área de Direito, atuando principalmente nos seguintes temas: Constitucionalismo Contemporâneo, Políticas Públicas, Direitos Humanos, Direitos Sociais, Novos Direitos, Diversidade e Inclusão.

E-mail: betogoerch@gmail.com

Ivanio Folmer

Graduado em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal de Santa Maria (2014). Mestre em Geografia pelo Programa de Pós Graduação em Geografia-PPGGEO/UFSM (2018). Doutor em Geografia-PPGGEO/UFSM (2022). Especialista em Coordenação Pedagógica - FCE - (2023). Participante de diversos projetos Ensino, Pesquisa e Extensão, com as temáticas de Educação no campo; Território; Sujeitos do Campo; Educação Ambiental; Gênero e sexualidade. É professor da Rede Estadual do RS na Área das Humanas - Componente Curricular: Geografia. Foi Tutor EAD no Curso Licenciatura em Educação do Campo UAB/UFSM 2018-2023. É professor Formador da Universidade de Caxias do Sul/PARFOR 2023. Especializando em Supervisão Escolar - FCE. Integrante do Grupo de Pesquisa Girassol - Grupo de Pesquisa em Agroecologia, Educação do Campo e Inovações Sociais - UFSM; Grupo de Pesquisa em Educação e TerritórioGPET - UFSM e Agricultura e Urbanização na América Latina - USP. É integrante da Academia Luso-Brasileira 140 de Letras do Rio Grande do Sul.

SOBRE OS AUTORES E AS AUTORAS

Ana Claudia Delfini

Pós-Doutorado em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (2022), mestrado e doutorado em Sociologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2011), graduação em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (1995). Professora titular da Universidade do Vale de Itajaí, atua no curso de Pedagogia, no Programa de Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e no Programa de Pós Graduação em Educação/PPGE. Vice-líder do Grupo de Pesquisa/CNPQ “Educação e Trabalho”/PPGE/UNIVALI. Líder do Grupo de Pesquisa/CNPQ: “Sociologia da infância, relações de gênero e políticas públicas”. Integrante da Rede Internacional RED HILA: “Red Iberoamericana en Ciencias Sociales con enfoque de género”, com sede na Colômbia, desde 2014.

E-mail: anaclaudia.univali@gmail.com

Adriana Edna Duarte

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

Amanda Santos Silveira

Artista-pesquisadora, professora de Dança, mestra e doutoranda em Ciências Sociais pela UFSM. Militante negra e co-fundadora do Coletivo Negressencia.

E-mail: amandasilveira.danca@outlook.com.

Daniele da Cruz Talon Pacheco

Graduada em Serviço Social pela Faculdade Cenecista de Rondonópolis (FACER).

Daíra Andréa de Jesus

Advogada, professora do Curso de Direito do Centro Universitário de Brusque (UNIFEBE), doutoranda em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI).

E-mail: wsdaira@netuno.com.br

Gabriela Magalhães Sabino

É professora efetiva de Língua Portuguesa e Redação na Secretaria de Estado do Tocantins (SEDUC-TO) e doutoranda em Estudos Linguísticos no Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística na Universidade Federal de Goiás (PPGLL/UFG). É mestra em Língua, Literatura e Interculturalidade pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu (POSLLI) da Universidade Estadual de Goiás (Câmpus Cora Coralina). É pós-graduada em Língua, Linguística e Literatura pela Faculdade Instituto Brasil de Ensino (IBRA) e também em Linguagem, Cultura e Ensino pela Universidade Estadual de Goiás (Câmpus Inhumas)- (2022). Também é licenciada no curso de Letras-Português/Inglês e respectivas literaturas pela Universidade Estadual de Goiás (Câmpus Oeste) (2020). Graduada em Pedagogia pelo Instituto da Consciência/ Faculdade Delta (ICG), (2023). Participante do Grupo de Pesquisa: Perspectivas Linguísticas Contemporâneas (PERSPECTIVAS- UFG) e do Grupo de Estudos do Discurso e de Nietzsche (GEDIN/UEG/CNPq) e também o Grupo de Estudos do Discurso (ESTÚDIO UEG/CNPq). Além disso, é autora da obra **IMAGENS DE CÁRCERE E DE ENCARCERADOS NA VOZ DE ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO: uma análise discursiva** (2021).

Isabel Cristina Monteiro

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). E-mail: belcristinamonteiro@hotmail.com

Iracy Marinho Barros

Professora da Rede Estadual de Ensino, Graduada em Pedagogia. Centro Universitário Luterano de Palmas.

Júnior César Gomes Guimarães

Graduado em Serviço Social pelo Centro Universitário de Várzea Grande (UNIVAG).

Jennifer Josiane Nesnik Jeronymo

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

Patricia da Cruz Dias

Professora da Rede Estadual de Ensino, Graduada em Geografia. Universidade Federal do Tocantins.

Raylla Marques

Graduada em História pela Universidade Estadual da Paraíba.
Email: raylla17marques@gmail.com

DIVERSIDADE SEXUAL, ETNICO-RACIAL E DE GÊNERO:

PESQUISAS, DILEMAS E ENFRENTAMENTOS

www.arcoeditores.com
contato@arcoeditores.com
(55)99723-4952



ARCO
EDITORES ● ● ●